



TJSP

Magistratura (2024)

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 29/09/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 8 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 11, 12, 33, 48, 49, 53, 64 e 93.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do TJ-SP** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/30bc7e35-6318-4e94-94e7-0108230405ca>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/aafafacc-5c93-4b9a-85ee-fdf3b3331da1>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA -

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

QUESTÃO 01. Em relação às restrições decorrentes do direito de vizinhança, é correto afirmar:

a) o legislador adotou o critério da pré-ocupação como determinante para a invocação do direito de vizinhança, conferindo proteção aos primeiros ocupantes.

b) o exercício do direito por parte do possuidor pressupõe comprovada posse justa e de boa-fé.

c) o proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, considerando-se a natureza da utilização e a localização do prédio, independentemente de culpa.

d) a aferição da normalidade do uso e da interferência entre vizinhos não está subordinada a parâmetros e balizas legais, permitida a discricionariedade judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o direito de vizinhança.

A alternativa A está incorreta. A regra da pré-ocupação é utilizada para facilitar controvérsias acerca do uso nocivo ou não da propriedade.

A alternativa B está incorreta. O direito de vizinhança pode ser exercido independentemente da posse ser justa ou de boa-fé. O foco está nas interferências prejudiciais que afetem a segurança, o sossego e a saúde dos moradores.

A alternativa C está correta. A alternativa está nos exatos termos do art. 1.277 do Código Civil, portanto, o proprietário ou possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a aferição da normalidade do uso e da interferência entre vizinhos é, sim, subordinada a parâmetros e balizas legais. Conforme o art. 1.277 do Código Civil, interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde que são consideradas nocivas ao exercício da propriedade, logo, não pode o juiz agir de forma totalmente discricionária.

QUESTÃO 02. Na solidariedade ativa, em relação aos eventuais sucessores, por morte, de um dos credores solidários, nos termos da orientação pacífica na doutrina e jurisprudência, é correto afirmar:

a) o sucessor terá o direito de exigir e receber a integralidade do crédito do falecido, a ser repartida, posteriormente, com os demais herdeiros, se houver, em sede do inventário, independentemente da natureza da obrigação.

b) o sucessor terá o direito de exigir e receber a integralidade do crédito do falecido, a ser repartida, posteriormente, com os demais herdeiros, se houver, em sede do inventário, independentemente da natureza da obrigação.

c) o sucessor terá o direito de exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.

d) o legislador autoriza a qualquer dos herdeiros a exigência da obrigação por inteiro, independentemente de sua natureza, constituindo-se solidariedade legal entre ele e os outros credores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a solidariedade ativa, exigindo do examinando conhecimento acerca da literalidade do dispositivo legal para tanto, uma vez que o art. 270 do Código Civil cuida da previsão do crédito solidário e seu quinhão hereditário.

A alternativa C está correta. A alternativa está consoante o art. 270 do Código Civil que prevê o seguinte: "Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível". Na solidariedade ativa, os sucessores de um credor solidário têm o direito de exigir apenas a parte do crédito que corresponde ao seu quinhão hereditário, exceto se a obrigação for indivisível, caso em que a totalidade do crédito pode ser exigida. Ou seja, ao menos que a obrigação seja indivisível, não é permitido que qualquer herdeiro exija a obrigação por inteiro, independentemente da natureza da obrigação.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 03. Na sucessão por estirpe, em linha transversal, é correto afirmar:

a) há direito de representação, exclusivamente, em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.

b) não há direito de representação na linha transversal.

c) o direito de representação é limitado à dupla convocação.

d) o direito de representação dá-se em favor dos filhos de irmãos falecidos e dos filhos destes, sem limitação (ad infinitum).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o direito de representação por estirpe.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 1.853 do Código Civil, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem. Vejamos: “Na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.”

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há sim sucessão em linha transversal, como podemos verificar no disposto art. 1.853 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. O direito de representação na linha transversal é limitado a uma única geração de descendentes, ou seja, apenas aos filhos dos irmãos do falecido. Portanto, não há dupla convocação, pois não há uma segunda camada de herdeiros representando os primeiros.

A alternativa D está incorreta. O direito de representação na linha transversal não se estende indefinidamente (*ad infinitum*). Conforme podemos verificar o disposto no art. 1.853 do Código Civil ele se limitará aos filhos de irmãos do falecido, não infinitamente.

QUESTÃO 04. Em relação ao contrato de fiança, assinale a alternativa correta.

a) O fiador pode compensar a sua dívida com a de seu credor ao afiançado.

b) Dívidas futuras não admitem fiança.

c) A constituição da fiança depende do consentimento do devedor.

d) A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa o benefício da divisão, exceto se prevista solidariedade

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o contrato de fiança, mais especificamente, a compensação da dívida pelo fiador.

A alternativa A está correta. O fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado, conforme assim autoriza o art. 371 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que se afirma, o Código Civil não obsta o pagamento de dívidas futuras, contanto que estas sejam suficientemente determinadas ou determináveis.

A alternativa C está incorreta. Para a constituição da fiança não é necessário o consentimento do devedor, mas, sim, entre o fiador e o credor, nos termos do art. 371 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 829 do Código Civil, sendo a fiança prestada por mais de uma pessoa a um só débito, não implicará automaticamente ao benefício da divisão, a menos que isso esteja expressamente previsto no contrato.

QUESTÃO 05. Na doação com cláusula de reversão, é correto afirmar:

- a) havendo comoriência entre o doador e o donatário, a cláusula de reversão não surtirá efeitos, transferindo-se o bem doado aos sucessores do doador**
- b) a cláusula de reversão impõe limitação exclusivamente ao donatário, em virtude de premoriência ao doador, condicionando o contrato de doação a uma condição resolutiva.**
- c) a reversão do bem ao patrimônio do doador subordina-se exclusivamente ao evento morte, vedada a estipulação da cláusula para as hipóteses de descumprimento de condição ou encargo ou ainda ao perfazimento de termo.**
- d) admite-se a cláusula de reversão em favor do doador ou de terceiro.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a cláusula de reversão.

A alternativa A está incorreta. Não havendo prova em sentido contrário, presume-se que os comorientes aqueles que faleceram ao mesmo tempo, não havendo transmissão de direitos entre eles. Portanto, a cláusula de reversão não se aplica.

A alternativa B está correta. A cláusula de reversão está prevista no Código Civil no art. 547, estabelecendo que, em caso de premoriência, o patrimônio doado retorna ao patrimônio do doador.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o Código Civil, ao prever a possibilidade da cláusula de reversão, não se limitou ao evento morte para a sua aplicabilidade de maneira exclusiva. Sendo assim, não podemos afirmar que a cláusula de reversão subordina-se de maneira exclusiva ao evento morte, permitindo assim, a estipulação da cláusula para as hipóteses de descumprimento de condição ou encargo, nos termos do art. 547 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 547 do Código Civil, a cláusula de reversão visa o benefício do doador, portanto. Fica assim evidente quando permite a estipulação por parte do doador para que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.

QUESTÃO 06. Em relação aos efeitos da renúncia à herança, na sucessão legítima é correto afirmar:

- a) a habilitação dos credores do renunciante que se virem prejudicados com o ato de renúncia se fará por meio de ação de petição herança, no prazo decadencial de 90 (noventa) dias.**
- b) a obrigatoriedade da colação não se aplica a renunciante.**
- c) a renúncia é anulável e retratável.**

d) não haverá direito de representação aos descendentes do renunciante, considerado inexistente, de modo que, a sua parte acresce a dos demais herdeiros do mesmo grau dentro da mesma classe.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre sucessão legítima, mais especificamente no tocante a sua renúncia.

A alternativa A está incorreta. Em caso de prejudicados pelo ato da renúncia, a habilitação dos credores se fará no prazo de trinta dias seguintes ao conhecimento do fato, nos termos do art. 1.813, parágrafo único, do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. A colação é obrigatória para todos os descendentes que concorrerem à sucessão. Conforme verifica-se no art. 2.002 do Código Civil, a renúncia à herança não desobriga a colação de bens recebidos pelo renunciante.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 1.812 do Código Civil, o ato da renúncia é irrevogável.

A alternativa D está incorreta. A alternativa encontra fundamento no art. 1.810 do Código Civil. O renunciante é considerado como se nunca tivesse sido chamado à sucessão, sendo assim, inexistente o direito de representação aos seus descendentes e a parte do renunciante acresce à dos outros herdeiros da mesma classe. Contudo, sendo o renunciante o único de sua classe, devolve-se aos da subsequente.

QUESTÃO 07. O princípio da conservação dos negócios jurídicos, nos exatos termos em que concebido pelo legislador, implica

a) possibilidade de aproveitamento e conservação dos negócios jurídicos, ainda que eivados de nulidade absoluta, desde que expressamente prevista a ratificação

b) atendimento à intenção das partes, condicionando o aproveitamento do negócio jurídico eivado de nulidade total ao respeito do que as partes pretendiam.

c) incomunicabilidade da nulidade, de modo que, a invalidade parcial do negócio jurídico não prejudicará a parte válida, impondo-se aferir a possibilidade de separação entre a parte que padece da nulidade e aquela despida de mácula.

d) a perquirição dos elementos subjetivos da vontade, intuitos não manifestados e razões internas, mesmo que contrariem o sentido prático pretendido quando da conclusão do negócio eivado de nulidade total.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o princípio da conservação dos negócios jurídicos.

A alternativa A está incorreta. Os atos jurídicos nulos não são suscetíveis de confirmação, nem convalidam pelo decurso do tempo, nos termos do art. 169 do Código Civil. Portanto, não é possível aproveitar os negócios jurídicos com nulidade absoluta. Vejamos: “O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.”

A alternativa B está incorreta. Os negócios jurídicos totalmente nulos não podem ser aproveitados apenas com base na intenção das partes.

A alternativa C está correta. A nulidade de uma parte do negócio jurídico não prejudica as partes válidas, consoante o art. 184 do Código Civil. Vejamos: “Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.”

A alternativa D está correta. A declaração da vontade não manifestada não implica na consideração de elementos subjetivos não manifestados para validar um negócio jurídico nulo, conforme o art. 112 do Código Civil.

QUESTÃO 08. Quanto aos efeitos correlatos à natureza da posse, assinale a alternativa correta.

a) A forma de aquisição da posse, lícita ou ilícita, implicará o caráter justo ou injusto, que não comportará conversão.

b) Os atos de permissão ou tolerância induzem posse à medida que implicam transferência de direitos, irrevogáveis.

c) Presume-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida, admitindo-se a conversão da posse injusta em justa e vice-versa, mediante inversão do título.

d) A detenção injusta, violenta ou clandestina, eivada de vício de origem ligado à causa ilícita, não autoriza ao possuidor a tutela possessória em face de terceiro (que não a vítima), mesmo que cessada a violência ou clandestinidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a aquisição da posse.

A alternativa A está incorreta. A posse pode ser convertida de injusta para justa e vice-versa, conforme o art. 1.203 do Código Civil. Ou seja, há a relatividade da posse, sendo admitida prova em contrário. A saber: “Salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida.”

A alternativa B está incorreta. Atos de permissão ou tolerância não induzem posse, mas mera detenção, conforme o artigo 1.208 do Código Civil. Vejamos: “Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.”

A alternativa C está correta. Conforme o artigo 1.203 do Código Civil, a posse é presumida manter o mesmo caráter com que foi adquirida, admitindo prova em sentido contrário, em que a posse injusta poderá ser convertida em posse justa e vice-versa. Dessa forma, poderá incorrer em inversão do título da posse.

A alternativa D está incorreta. Conforme os artigos 1.210 e 1.212 do Código Civil, a detenção injusta, violenta ou clandestina pode autorizar a tutela possessória em face de terceiros. Vale ainda ressaltar que, ainda que a violência ou clandestinidade cessem, a posse continua sendo considerada injusta devido ao vício de origem, nos termos do art. 1.200 do Código Civil.

QUESTÃO 09. Na hipótese de evicção, é correto dispor que

a) caberá ao evicto o direito de receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu, ainda que prevista cláusula de exclusão da garantia.

b) não fará jus, o evicto, a eventual reparação do prejuízo sofrido, prevista cláusula expressa de exclusão da garantia contra a evicção.

c) a cláusula de non praestanda eviccione (exclusão da garantia) não afasta o direito de ressarcimento em favor do evicto que, cientificado do risco da evicção, veio a assumi-lo.

d) às partes não é dado, ainda que por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade por evicção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a evicção.

A alternativa A está correta. Consoante o art. 449 do Código Civil, em direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu, ainda que presente a cláusula que exclui a garantia contra a evicção. A saber: “Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.”

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o evicto possui o direito de ser reparado pelo prejuízo sofrido por ele, ainda que prevista a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, consoante os artigos 449 e 450 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Tratando-se de risco assumido pelo evicto quando soube do risco da evicção, ou, dele informado, o assumiu, ele não tem direito ao ressarcimento, nos termos do art. 449 do Código Civil. Veja: “Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.”

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade pela evicção ocorrerá quando o evicto foi informado dos riscos e mesmo assim, o assumiu, nos termos do art. 449 do Código Civil.

QUESTÃO 10. O casamento impõe deveres patrimoniais aos cônjuges que implicam contribuição, na proporção de seus bens e rendimentos do trabalho para o sustento da família e educação dos filhos, incidindo a responsabilidade:

a) em razão da condição de comunheiros, em qualquer regime de bens, nula eventual disposição em contrário em pacto antenupcial.

b) independentemente do regime patrimonial, desnecessária prévia autorização recíproca para despesas diuturnas módicas e necessárias à economia doméstica.

c) em qualquer regime de bens, mediante expressa e prévia anuência recíproca e quanto às despesas contraídas em benefício comum, independentemente do vulto.

d) em observância ao princípio da cooperação, exceto nos regimes da separação legal e convencional, bem como, da participação final nos aquestos, independentemente de disposição expressa em pacto antenupcial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o a cooperação entre os cônjuges para as despesas do casal.

A alternativa A está incorreta. O artigo 1.639 do Código Civil dispõe sobre a liberdade dos cônjuges para estipular o regime de bens, portanto, é permitido que os cônjuges estabeleçam disposições em pacto antenupcial, desde que não contrariem preceitos de ordem pública ou contrárias ao Código Civil.

A alternativa B está correta. Ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens, salvo estipulação em contrário no pacto antenupcial, nos termos do art. 1.688 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o Código Civil não exige anuência prévia recíproca para todas as despesas contraídas em benefício comum. Podemos afirmar isto consoante o art. 1.568, que estabelece o seguinte: “Os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento da família e a educação dos filhos, qualquer que seja o regime patrimonial.”

A alternativa D está incorreta. Independentemente do regime patrimonial, o princípio da cooperação é aplicável a todos os regimes de bens, há o dever de cooperação entre os cônjuges para a contribuição dos cônjuges no sustento da família e educação dos filhos, consoante o art. 1.568 do Código Civil.

QUESTÃO 11. O artigo 975 do Código de Processo Civil (CPC), que reproduziu o enunciado da Súmula 401/STJ, dispõe que o direito de ajuizar a ação rescisória se extingue em um biênio, a contar do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, assim entendido o ato decisório que

a) reconhece a intempestividade do recurso especial.

b) provoca o julgamento parcial do mérito.

c) julga a apelação impugnada por meio de recurso especial.

d) conhece dos embargos de divergência deferindo o seu respectivo processamento.

Comentários

Em nossa visão, a questão possui duas alternativas corretas, que são a **letra A** e a **letra C**. A questão trata sobre a ação rescisória.

A alternativa A está correta. Consoante o art. 966, §2º, II, do Código de Processo Civil, uma das hipóteses de rescisória contra decisão sem mérito é justamente quando ela impede admissibilidade de recurso. Se a decisão que reconheceu a intempestividade do recurso especial foi proferida por corrupção do juiz, por exemplo, caberá ação rescisória, porque a decisão estará “impedindo admissibilidade do recurso correspondente”

A alternativa B está incorreta. O julgamento parcial de mérito é feito por decisão (de mérito), mas não é a última decisão proferida no processo, ou seja, haverá ainda a sentença que julgará os demais pedidos.

A alternativa C está correta. O ato decisório que julga o recurso especial contra a apelação é de mérito. Veja que a redação a alternativa C não indica em momento algum que se tratou de Decisão de inadmissão do Recurso Especial; mas ainda que assim o fosse, também caberia rescisória porque a Decisão estará impedindo admissibilidade do recurso correspondente – vide comentário à letra A. Logo, cabe rescisória.

A alternativa D está incorreta. Não é decisão de mérito, mas apenas de admissibilidade do recurso; e como não se trata de decisão de inadmissibilidade do recurso, também não cabe a rescisória com fundamento no art. 966, §2º, II, do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 12. Ação reivindicatória ajuizada em face de apenas um dos cônjuges casado sob o regime da comunhão de bens. Após a regular tramitação do processo, o pedido é julgado improcedente. Diante desta circunstância, assinale a alternativa correta.

a) A nulidade é relativa, bastando que o juiz determine a citação do outro cônjuge no início do respectivo cumprimento de sentença.

b) Consoante as regras do CPC em vigor, não se trata de litisconsórcio necessário e, portanto, não há nulidade alguma.

c) Considerado o princípio da instrumentalidade do processo e, ainda, o disposto no artigo 506 do CPC, a sentença não acarreta prejuízo e, portanto, não se encontra viciada.

d) Tratando-se de ação real, nas quais o litisconsórcio desponta facultativo, há vício processual incontornável, que inadmite saneamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Contudo, entendemos que é uma questão passível de recurso. Note que o enunciado não esclarece se a ação reivindicatória tem por objeto bem MÓVEL ou IMÓVEL. As alternativas parecem presumir que se tratava de bem IMÓVEL, quando presente o litisconsórcio passivo necessário dos cônjuges. A questão trata sobre litisconsórcio necessário dos cônjuges, consoante o art. 73, §1º, do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese de litisconsórcio passivo necessário. Portanto, sendo inviável citação do outro cônjuge apenas no cumprimento de sentença.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, trata-se, sim, de litisconsórcio passivo necessário, em conformidade com o art. 73, §1º, I, do Código de Processo Civil.

A alternativa C está correta. Contudo, essa questão é passível de recurso. De fato, como a sentença foi de improcedência, não prejudicando o cônjuge que não foi citado, possível superar o vício.

Em nossa revisão de véspera, inclusive, falei expressamente do art. 506, a sentença só não pode prejudicar terceiro, mas pode beneficiar.

A alternativa D está incorreta. O litisconsórcio é necessário, como já dito. Frisa-se que deixamos aqui a ressalva quanto a possível recurso, porque só há litisconsórcio necessário se a ação de direito real versar sobre bem IMÓVEL (e o enunciado não esclareceu qual era o objeto). E o vício aqui poderia ser sanado, como vimos na alternativa C.

QUESTÃO 13. O Código de Processo Civil e o Código de Defesa do Consumidor autorizam o juiz a determinar a inversão do ônus da prova em algumas situações, quando houver peculiaridades da causa que dificultam o respectivo adimplemento pelo interessado nos termos da regra geral. As hipóteses decorrentes de excessiva dificuldade concernem à

a) hipossuficiência financeira da parte demandante.

b) falta de acesso a documentos comuns que não se encontram em poder da parte interessada.

c) desnecessidade de a parte interessada produzir prova de fato notório.

d) manifesta impossibilidade de adequada informação sobre o fato probando

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a inversão do ônus da prova.

A alternativa A está incorreta. A hipossuficiência financeira é, de fato, hipótese de inversão prevista no CDC (art. 6º, VIII). Contudo, ela não se relaciona necessariamente com a “excessiva dificuldade” de produzir a prova.

A alternativa B está incorreta. Se os documentos são comuns a ambas as partes, isso significa que ambas teriam possibilidade material de produzir a prova. Logo, não há “excessiva dificuldade” a ensejar a inversão do ônus da prova neste caso.

A alternativa C está incorreta. Os fatos notórios não dependem de prova (art. 374, I); contudo, isso não se relaciona com a “excessiva dificuldade” de produzir prova indicada no enunciado.

A alternativa D está correta. Se a parte está manifestamente impossibilitada de obter informação sobre o fato objeto da prova, estamos diante de uma situação de impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprir o encargo.

QUESTÃO 14. Quais são a origem e o primordial pressuposto do denominado processo estrutural?

a) O processo estrutural surgiu na jurisprudência dos tribunais superiores da Alemanha e somente é admitido quando o processo individual não atinge a sua finalidade

b) O processo estrutural surgiu na doutrina dos EUA e tem como fundamental requisito a insuficiência das políticas públicas ou privadas para assegurar determinados direitos dos cidadãos.

c) O processo estrutural tem base na dogmática da doutrina italiana e foi idealizado por Francesco Carnelutti a partir do seu conceito de lide, qual seja, um conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida.

d) O processo estrutural é um instituto forjado nas fontes do common law, que visa a proporcionar benefício a um potencial litigante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre a origem do processo estrutural. Para responder a essa questão, exigia-se do candidato o conhecimento acerca da origem do processo estrutural, especialmente, a origem dos EUA.

A alternativa B está correta. O conceito de "processo estrutural" tem suas raízes nos Estados Unidos, emergindo na década de 1950 como uma resposta a problemas complexos e persistentes que não podiam ser resolvidos por meio de processos judiciais tradicionais.

O processo estrutural representa uma evolução significativa na forma como o sistema jurídico pode abordar problemas complexos e persistentes. Com raízes históricas nos Estados Unidos e um crescente interesse no Brasil, ele oferece uma abordagem abrangente e flexível para transformar estados de desconformidade em estados ideais de coisas. O Código de Processo Civil de 2015, com suas características adaptáveis e inclusivas, fornece um terreno fértil para o desenvolvimento e aplicação

desse conceito no Brasil, permitindo soluções mais eficazes e duradouras para problemas estruturais. As demais alternativas estão incorretas, consoante o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 15. A prescrição intercorrente pode ser decretada de ofício no processo de execução fiscal

- a) independentemente de haver penhora nos autos pleiteada pela Fazenda Pública.**
- b) apenas depois da intimação pessoal da Fazenda Pública e da executada para que providenciem o andamento do processo.**
- c) somente depois de propiciar a manifestação da Fazenda Pública.**
- d) desde que a suspensão do processo tenha sido requerida pela executada.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a prescrição intercorrente.

A alternativa A está incorreta. Havendo penhora nos autos, não há falar em prescrição intercorrente, pois ela se dá justamente nos casos em que não forem localizados o executado ou bens penhoráveis. A penhora interrompe o prazo da prescrição intercorrente (art. 921, §4º-A do CPC).

A alternativa B está incorreta. Cabe ao exequente promover o andamento da execução (art. 921, §3º do CPC). Portanto, é incorreto afirmar que o executado será intimado para promover o andamento (interesse é do exequente).

E para fins de reconhecimento da prescrição intercorrente, as partes são intimadas para se manifestar sobre a prescrição, e não para dar andamento ao processo.

A alternativa C está correta. Embora o juiz possa reconhecer a prescrição intercorrente de ofício, o juiz deve ouvir as partes (art. 921, §5º do CPC). A alternativa mencionou manifestação a Fazenda, e não das partes, mas é a alternativa mais correta dentre as quatro. Vale redobrar a atenção neste ponto, até porque o interesse em se manifestar contrariamente à prescrição intercorrente é do credor, não do devedor.

A alternativa D está incorreta. Quando não localizados o executado ou bens penhoráveis, o juiz determinará a suspensão do processo (art. 921, III do CPC). A suspensão do processo “requerida pela executada” não é requisito para reconhecimento da prescrição intercorrente.

QUESTÃO 16. Proferida decisão liminar determinando o cumprimento de obrigação de entrega de coisa móvel, com cominação de multa diária, em ação de procedimento comum, lastreada em prova documental da existência de contrato de comodato. Esta decisão deferida initio litis tem natureza de tutela

a) antecipada incidental

b) antecipada pré-arbitral

c) antecipada autônoma

d) cautelar incidental

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a distinção de tutela antecipada e cautelar.

A alternativa A está correta. O enunciado indica que o juiz deferiu liminarmente e initio litis (ou seja, no início do processo) o cumprimento de obrigação de entrega de coisa móvel. Como a liminar se referiu ao bem da vida pretendido pela parte ao final, trata-se tutela antecipada (e não cautelar). O enunciado indica que o autor já promoveu a ação com os pedidos finais, e formulou o pedido da tutela antecipada. Tivesse ele se valido da tutela antecipada antecedente, não se estaria diante de “ação de procedimento comum”, mas sim do procedimento especial dos artigos 303 e seguintes (com emenda posterior para incluir pedidos, possibilidade de estabilização a tutela e extinção do processo, etc). Assim, tratou-se de tutela antecipada INCIDENTAL.

A alternativa B está incorreta. Não há qualquer relação com a arbitragem.

A alternativa C está incorreta. O Código de Processo Civil não usa essa expressão “tutela antecipada AUTÔNOMA”, mas podemos entendê-la como a tutela antecipada ANTECEDENTE, do art. 303, sendo aquela que a petição inicial se limita ao requerimento da tutela, e que inclusive pode se estabilizar. Não foi o caso proposto, como vimos.

A alternativa D está incorreta. Como visto, trata-se de tutela antecipada, e não cautelar.

QUESTÃO 17. O princípio da primazia do julgamento do mérito tem por objetivo

a) a superação dos vícios processuais sanáveis, ainda que tenha de ser cumprida alguma determinação judicial.

b) a análise direta do cerne do litígio, a despeito da existência de nulidade insanável.

c) a fixação dos pontos controvertidos em audiência de instrução e julgamento, para que o juiz possa proferir sentença de mérito.

d) o exame e a superação da matéria preliminar, convertendo-se o julgamento em diligência, em busca da extinção do processo com fundamento na falta de uma das condições de admissibilidade da ação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o princípio da primazia do mérito.

A alternativa A está correta. Conforme o processo Bruno Terra, a superação de vícios processuais sanáveis, ainda que por determinação judicial – cabe ao juiz determinar a correção dos vícios sanáveis a fim de permitir o julgamento do mérito.

A alternativa B está incorreta. O vício insanável (como o nome sugere) impede o julgamento. Princípio da primazia do mérito é um norte a ser seguido, mas não é absoluto.

A alternativa C está incorreta. Pontos controvertidos são fixados na decisão saneadora, não em audiência. E isso também não se relaciona com a primazia do mérito.

A alternativa D está incorreta. Note que é exatamente o contrário, busca-se julgamento de mérito, não por falta de condições da ação (que gera sentença terminativa, sem mérito).

QUESTÃO 18. O cotejo da identidade de precedentes judiciais com o caso a ser julgado é feito a partir da análise

a) do relatório e do dispositivo do acórdão

b) da parte decisória do pronunciamento judicial

c) das razões de decidir de julgado considerado atual

d) da procedência dos acórdãos paradigmas que examinaram questão análoga

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a análise do caso a ser julgado com o precedente judicial.

A alternativa A está incorreta. O relatório é útil, mostra do que o caso tratou; dispositivo encerra a conclusão, a tese. Mas falta a parte da fundamentação, em que o Tribunal expõe as razões de decidir do caso.

A alternativa B está incorreta. É necessário é preciso analisar outros dados além parte decisória, conforme o processo Bruno Terra. Lembre-se que a “parte decisória” que se refere é o dispositivo legal.

A alternativa C está correta. Conforme o processo Bruno Terra, é preciso verificar as razões de decidir do julgado, ou seja, o que levou o Tribunal a julgar daquela maneira, fixando a tese naquele sentido. A parte final “julgado considerado atual” gera dúvida. O julgado não precisa ser atual. STJ tem teses fixadas há anos, que continuam aplicáveis. O importante é que o entendimento não tenha sido SUPERADO.

A alternativa D está incorreta. Note que a alternativa faz referência aos “Acórdãos”, sem especificar o que será analisado. A alternativa C responde melhor à questão, como vimos acima.

QUESTÃO 19. Sentença de resolução do processo sem julgamento do mérito impugnada por recurso de apelação. A denominada teoria da “causa madura” deve ser aplicada pelos tribunais

- a) quando o estado do processo permitir que o tribunal, dando provimento ao recurso, passe a conhecer e julgar o mérito.**
- b) quando, pelo princípio da congruência, o tribunal der provimento apenas parcial ao recurso de apelação.**
- c) a critério do tribunal, quando não mais for necessária a manifestação das partes antes do julgamento do recurso.**
- d) quando o efeito devolutivo do recurso autorizar o julgamento de matéria cognoscível de ofício.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a aplicabilidade da Teoria da Causa Madura.

A alternativa A está correta. Nos termos do art.1013, §3º, I, do Código de Processo Civil, se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando reformar sentença fundada no art. 485, ou seja, de sentença sem resolução de mérito.

A alternativa B está incorreta. Se o Tribunal der provimento apenas parcial à apelação, isso significa que a sentença de primeiro grau subsistirá em parte. Logo, não haverá causa madura aqui. Essa alternativa não se confunde com a previsão do art. 1013, §3º, II, que pressupõe anulação da sentença pelo Tribunal.

A alternativa C está incorreta. Não é disso que trata a teoria da causa madura, mas sim da possibilidade de o Tribunal julgar desde logo o mérito do processo, ao invés de devolver o processo ao primeiro grau para prolação de nova sentença, conforme o professor Bruno Terra.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de questão afeta ao efeito devolutivo em profundidade, conforme o professor Bruno Terra.

QUESTÃO 20. O cumprimento de sentença poderá ser pleiteado pelo

- a) advogado do vencedor, para exigir o pagamento dos consectários da mora e de seus honorários de sucumbência.**
- b) terceiro interessado, quando a multa fixada recair sobre ele.**
- c) credor e pelo fiador, ainda que este não tenha sido parte no processo de conhecimento**
- d) devedor, quando o título judicial contiver obrigação de pagar quantia certa**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a titularidade para requerer o cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. Conforme ensina o professor Bruno Terra, o advogado só tem legitimidade própria para executar seus honorários; não pode em nome próprio executar consectários da mora do crédito da parte.

A alternativa B está incorreta. Se a multa recair SOBRE o terceiro, ele é devedor; logo, não tem legitimidade para PLEITEAR o cumprimento de sentença (e é disso que trata a questão).

A alternativa C está incorreta. O fiador é executado (devedor), não exequente. E ele só pode ser executado quando tiver sido parte no processo de conhecimento (art. 513, §5º).

A alternativa D está correta. O réu pode comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entende devido, consoante o art. 526 do CPC.

QUESTÃO 21. Em relação aos elementos que caracterizam o defeito do produto, fixando a abrangência da responsabilidade daí decorrente, é correto afirmar:

a) o produto é considerado defeituoso se outro de melhor qualidade tiver sido colocado no mercado.

b) o produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele se espera, levando-se em consideração a sua apresentação, os usos e riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi colocado em circulação.

c) nas hipóteses de defeito do produto, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro não exclui a responsabilidade do fornecedor.

d) constituem circunstâncias irrelevantes na configuração do defeito do produto os riscos, independentemente de sua natureza e da época em que foi colocado em circulação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre defeito do produto.

A alternativa A está incorreta, de acordo com o art 12 § 2º do Código de Defesa do Consumidor, o produto não é considerado defeituoso se outro de melhor qualidade tiver sido colocado no mercado;

A alternativa B está correta, conforme expressamente disposto no art. 12 § 1º, incisos I, II e III do CDC: “§ 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação”.

A alternativa C está incorreta, pois em desconformidade com o CDC que em seu art. 12 § 3º, III dispõe: “§ 3º O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro”.

A alternativa D está incorreta, pois em contrariedade ao expressamente disposto no art. 12 § 1º do CDC: “Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.”

QUESTÃO 22. Sobre o dever legal de informar, previsto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) o direito à informação constitui direito básico do consumidor que abrange a obtenção de informação adequada sobre diferentes produtos e serviços, como a especificação correta de quantidade, as características, a composição, a qualidade, os tributos incidentes e o preço, incluindo os eventuais riscos que tais produtos ou serviços possam causar.

b) o direito à informação, direito básico do consumidor, constitui dever anexo do fornecedor derivado do princípio da boa-fé objetiva, o que pressupõe igualmente a adoção de cautelas por parte do tomador do produto ou serviço (consumidor final) quanto à busca da informação/esclarecimento, pena de exclusão da responsabilidade.

c) a falha no dever de informar, consubstanciada em mera omissão involuntária, ainda que venha a causar dano ao consumidor, não conduz à invalidade do contrato ou da cláusula, eivados da mácula.

d) a transmissão adequada da informação é aquela que permite ao consumidor a reflexão acerca das especificações do produto/serviço, constituindo falha por omissão relevante, maculando de invalidade o contrato, a aceitação da proposta no mesmo dia da celebração, ainda que adequada, clara e precisa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre direito à informação.

A alternativa A está correta, reproduz o art. 6º, inciso III do CDC: III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

A alternativa B está incorreta, pois o acesso à informação é um direito expresso do consumidor, positivado no CDC art. 6º, inciso III, sendo um dever do fornecedor;

A alternativa C está incorreta, pois a falha no dever de informar pode sim conduzir à invalidade do contrato ou da cláusula;

A alternativa D está incorreta, não há falha no dever de informação caso a proposta seja realizada e aceita no mesmo dia.

QUESTÃO 23. Em relação à responsabilidade decorrente do risco da atividade, consubstanciada no denominado fortuito interno, na busca de melhor indenizar a vítima, assinale a alternativa correta.

a) A assunção de risco pela vítima é absoluta, independentemente da natureza e da transparência quanto ao risco verificado (normal ou anormal, impróprio ou inerente), em relação a atividades de maior perigo.

b) O fortuito interno, consistente no risco ligado à atividade do sujeito responsável, tem sido considerado suficiente para o afastamento da relação de causalidade entre a atividade desenvolvida e o dano.

c) O fortuito interno (ou externo) e a força maior serão, invariavelmente, considerados excludentes da responsabilidade civil, ainda que o fato gerador do dano venha a ser conexo à atividade desenvolvida.

d) O fortuito interno, que não exclui o dever de indenizar, constitui o fato que esteja, de qualquer modo, relacionado à atividade desenvolvida, ou faça parte dos riscos do negócio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema fortuito interno.

A alternativa A está incorreta, pois as atividades de maior perigo não geram “assunção de risco” pela vítima, a ponto de excluir a indenização. Ao contrário, há dever qualificado de informação aqui, e ainda assim o fornecedor responde, pois as atividades de maior perigo não geram “assunção de risco” pela vítima, a ponto de excluir a indenização. Ao contrário, há dever qualificado de informação, e ainda assim o fornecedor responde civilmente (ressalvadas as excludentes). O art 9º do CDC dispõe que: “O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.”

A alternativa B está incorreta, pois o fortuito interno NÃO exclui a responsabilidade. Diversos julgados dos Tribunais Superiores já se debruçaram sobre a matéria, incluindo a edição da Súmula 479 do STJ: “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias”.

A alternativa C está incorreta, pois conforme explicado o fortuito interno NÃO exclui responsabilidade;

A alternativa D está correta, traz o conceito de fortuito interno, que de fato não exclui a responsabilidade.

QUESTÃO 24. Em se considerando o direito básico do consumidor relacionado às práticas comerciais e à publicidade, é correto afirmar:

a) o legislador veda a publicidade enganosa, mas não faz referência à publicidade abusiva, tratada, exclusivamente, pela doutrina e jurisprudência como aquela discriminatória.

b) é enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, desde que inteiramente falsa.

c) a publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal, e deverá o fornecedor manter em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

d) a mera informação ou publicidade, ainda que suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, mas, não integrará o contrato, exceto se nele vier inserida, expressamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre publicidade abusiva e/ou enganosa.

A alternativa A está incorreta, pois o CDC proíbe expressamente tanto a publicidade enganosa como a abusiva. O art. 37 assim dispõe: "Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. § 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. § 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço".

A alternativa B está incorreta, pois a informação PARCIALMENTE falsa também enseja publicidade enganosa, nos termos do CDC: "Art. 37 § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, **inteira ou parcialmente falsa**, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços".

A alternativa C está correta, pois está em conformidade com o art. 36 do CDC que dispõe: "A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal. Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem."

A Alternativa D está incorreta, já que a oferta INTEGRA o contrato, pois é aplicável o princípio da vinculação da oferta, positivado no art. 30 do CDC, que assim dispõe: "Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado."

QUESTÃO 25. Nas hipóteses em que verificado vício do produto ou do serviço e inércia do fornecedor quanto à reparação no prazo legal, faculta(m)-se ao consumidor

a) a restituição do valor pago, em caso de impossibilidade de substituição por outro produto, ainda que de espécie, marca e modelo diversos, providências que não se subordinam à natureza e extensão dos vícios e podem ser adotadas de forma imediata.

b) a substituição imediata do produto ainda que de outra espécie, marca ou modelo, independentemente de complementação ou restituição de eventual diferença de preço.

c) a substituição do produto por outro da mesma espécie, a restituição da quantia paga, sem prejuízo das perdas e danos ou o abatimento do preço, alternativas passíveis de utilização imediata, se comprovados comprometimento da qualidade, das características do produto ou diminuição do valor, em razão da extensão dos vícios.

d) a substituição do produto por outro da mesma espécie ou a restituição da quantia paga, alternativas que não se sujeitam à prova de eventual comprometimento da qualidade do produto ou diminuição do valor, tampouco da adoção de providências pelo fornecedor em qualquer prazo, uma vez executada a prestação defeituosa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do vício do produto ou serviço

A alternativa A está incorreta, pois a restituição do valor pago é SEMPRE facultada ao consumidor, ainda que seja possível no caso concreto a substituição do produto, nos termos do CDC: "Art. 18, §1º. "Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. § 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço".

A alternativa B está incorreta, pois o consumidor tem direito à substituição do produto por outro DA MESMA ESPÉCIE. Se for de outra espécie, marca ou modelo, deve haver complementação ou restituição do valor.

A alternativa C está correta, pois se encontra de acordo com o art. 18, §1º do CDC, que prevê as opções que consumidor tem; e o §3º indica possibilidade de uso imediato dessas alternativas sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.

A alternativa D está incorreta, pois o art.18 § 1º do CDC se aplica aos casos em que o fornecedor não sanar o vício em até 30 dias, sendo a regra geral: "§ 1º Não sendo o vício sanado **no prazo máximo de trinta dias**, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga,

monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço". Vale ressaltar que esta é a regra geral, pois as partes podem, de acordo com o § 2º do mesmo artigo convencionar outros prazos: "§ 2º Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor."

QUESTÃO 26. A Lei no 13.431, de 4 de abril de 2017, estabelece o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e, nesse contexto, regulamenta a escuta especializada e o depoimento especial, nos seguintes termos:

a) o depoimento especial da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência reger-se-á por protocolos e seguirá obrigatoriamente o rito cautelar de antecipação de prova: I – quando se tratar de criança (até doze anos de idade incompletos) e II – em caso de violência sexual, independentemente da idade.

b) a escuta especializada e o depoimento especial são procedimentos aplicados para oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, sendo a escuta especializada realizada perante a autoridade policial, na Delegacia de Polícia, e o depoimento especial realizado pela autoridade judiciária, em juízo.

c) em nenhuma hipótese será admitida a tomada de novo depoimento especial, sob pena de caracterização de violência institucional.

d) constitui crime, apenado com reclusão, violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, previsto pela Lei nº 13.431/2017.

A alternativa A está incorreta. O art. 11 da Lei nº 13.431 prevê os casos em que o depoimento especial segue o trâmite de produção antecipada de provas. O erro da assertiva está na idade. "[...]§ 1º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova: I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos; II - em caso de violência sexual".

A alternativa B está incorreta. "Escuta Especializada" é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, de acordo com o art. 7º da Lei nº 13.431, e o "Depoimento Especial" é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária, na forma do art. 8º do mesmo diploma normativo.

A alternativa C está incorreta. Para evitar que a criança retome sucessivas vezes esses momentos traumáticos, adota-se único depoimento como regra. Porém, a própria lei traz exceções no §2º do art.11: "§ 2º Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua

imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal”.

A alternativa D está correta. Trata-se do crime previsto no art. 24 da Lei nº 13.431/17 denominado de violação a sigilo processual: “Art. 24. Violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal”.

QUESTÃO 27. No processo de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, a intimação da sentença que aplicar medida socioeducativa

a) deverá ser feita ao adolescente ou, se ele não for encontrado, aos seus pais ou responsável, sem prejuízo de seu defensor, independentemente da medida socioeducativa aplicada, para que se promova a concretização da autodefesa e a defesa técnica.

b) deverá ser feita unicamente ao defensor, salvo se a sentença aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade, casos em que a intimação deverá ser feita: I – ao defensor e ao adolescente; II – ao defensor e, se não encontrado o adolescente, aos seus pais ou responsável.

c) deverá ser feita ao adolescente ou, se ele não for encontrado, aos genitores ou responsável, sem prejuízo do seu defensor, se a sentença aplicar medidas socioeducativas de liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação.

d) deverá ser feita ao adolescente, aos seus pais ou responsável e ao defensor se a sentença aplicar medida socioeducativa de internação, semiliberdade e liberdade assistida e, deverá ser feita somente ao defensor, se aplicar as demais medidas socioeducativas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema processo de apuração de ato infracional.

A alternativa A está incorreta. Não se tratando de aplicação de internação ou semiliberdade, de acordo com o §1º do artigo 190 do ECA, a intimação ocorrerá na pessoa do defensor. Vejamos: “§ 1º Sendo outra a medida aplicada, a intimação far-se-á unicamente na pessoa do defensor”.

A alternativa B está correta. É a literalidade do artigo 190 do ECA.

A alternativa C está incorreta. Não se impõe essa exigência quando aplicada a liberdade assistida. Segundo o ECA, em seu artigo 190: “Art. 190. A intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade será feita: I - ao adolescente e ao seu defensor; II - quando não for encontrado o adolescente, a seus pais ou responsável, sem prejuízo do defensor”.

A alternativa D está incorreta. Não se impõe essa exigência quando aplicada a liberdade assistida. Segundo o ECA, em seu artigo 190: “Art. 190. A intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade será feita: I - ao adolescente e ao seu defensor; II - quando não for encontrado o adolescente, a seus pais ou responsável, sem prejuízo do defensor”.

QUESTÃO 28. Nos procedimentos afetos à Justiça da infância e Juventude aplicam-se as regras recursais do Código de Processo Civil com algumas especificidades, como:

a) o recurso de apelação tem sempre efeito regressivo.

b) a sentença que deferir a adoção está sujeita ao recurso de apelação, que deverá ser recebida em ambos os efeitos, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando, casos em que a apelação será recebida apenas no efeito devolutivo.

c) a sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita à apelação, recebida em ambos os efeitos, salvo se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação à criança ou adolescente, caso em que será recebida apenas no efeito devolutivo, por decisão fundamentada.

d) interposto o recurso que tiver efeito regressivo, o juiz manterá ou reformará a decisão impugnada e em qualquer dessas hipóteses o escrivão remeterá os autos à superior instância em vinte e quatro horas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre procedimentos no âmbito da Justiça da Infância e Juventude.

A alternativa A está correta. O inciso VII do art. 198 do ECA afirma que nos casos de apelação e de agravo a autoridade poderá fazer o juízo de retratação no prazo de 5 dias.

A alternativa B está incorreta. Segundo o art. 199-A do ECA: “Art. 199-A. A sentença que deferir a adoção produz efeito desde logo, embora sujeita a apelação, que será recebida exclusivamente no efeito devolutivo, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o “Art. 199-B. A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo”.

A alternativa D está incorreta. Se o juiz analisar o recurso e não exercer o juízo de retratação os autos ou o instrumento à superior instância dentro de vinte e quatro horas, independentemente de novo pedido do recorrente. Caso o juiz exerça o juízo de retratação e reforme a decisão anterior a remessa dos autos à instância superior dependerá de pedido expresso da parte interessada ou do Ministério Público, no prazo de cinco dias, contados da intimação. Essa regra está prevista no inciso VIII do art. 198 do ECA.

QUESTÃO 29. Sobre a medida protetiva de acolhimento, assinale a afirmativa correta.

a) O acolhimento institucional ou familiar é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo essa possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

b) Imediatamente após o acolhimento da criança ou adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional elaborará um plano individual de atendimento, por sua equipe técnica, que visará à imediata colocação da criança ou adolescente em família substituta, a fim abreviar a violação ao direito do acolhido à convivência familiar.

c) A autoridade judiciária manterá em cada comarca ou foro regional um cadastro com as informações atualizadas sobre os acolhidos sob sua jurisdição, ao qual terão acesso apenas o Poder Judiciário e o Ministério Público.

d) A criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento institucional terá sua situação reavaliada no máximo a cada 180 dias, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório da equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir fundamentadamente pela reintegração familiar ou colocação em família substituta. A permanência da criança ou adolescente em acolhimento não excederá a dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de medida protetiva de acolhimento.

A alternativa A está correta. Trata-se da previsão expressa do §1º do art. 101 do ECA: “§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

A alternativa B está incorreta. Cuida-se de previsão do §4º do art. 101 do ECA. O erro da assertiva está na afirmação que o plano visará a imediata colocação da criança ou adolescente em família substituta. Sempre será prioritária a reintegração da criança ou adolescente na sua família natural ou extensa sendo a colocação em família substituta aplicada quando as medidas anteriores não forem possíveis. Confira-se: “§ 4º Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei”.

A alternativa C está incorreta. A assertiva se tornou errada quando limitou o acesso apenas o Poder Judiciário e o Ministério Público. Segundo §§11 e 12 do art. 101 do ECA, terão acesso aos cadastros o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.

A alternativa D está incorreta. O erro está no prazo. A situação deverá ser reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, conforme prevê o §1º do art. 19 do ECA: “§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses [...]”.

QUESTÃO 30. Em relação à colocação da criança ou do adolescente em família substituta, é correto afirmar que

a) o estágio de convivência prévio à adoção terá prazo máximo de 180 dias, observada a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso, prorrogável por igual prazo, mediante decisão fundamentada e poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a guarda de fato do adotante há tempo suficiente para se avaliar a conveniência da constituição do vínculo.

b) a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos para manutenção do adotando na família natural (composta pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes e ascendentes) ou extensa (aquela formada por parentes dos genitores, independentemente de convivência e de vínculos de afinidade e afetividade desses com o adotando).

c) os pais da criança ou adolescente que estiverem no exercício do poder familiar poderão concordar com a colocação do filho em família substituta, inclusive na forma de adoção, bastando que manifestem tal consentimento consciente perante a equipe interprofissional a serviço da jurisdição da Infância e Juventude competente, dispensadas outras formalidades.

d) sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido sobre a medida por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida e terá sua opinião devidamente considerada e, no caso de maior de 12 (doze anos) de idade, há necessidade de seu consentimento colhido em audiência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de colocação da criança ou do adolescente em família substituta.

A alternativa A está incorreta. Em primeiro lugar, o prazo do estágio de convivência que é de 90 (noventa) dias prorrogável pelo mesmo prazo, na forma do art. 46 do ECA. Deve-se considerar ainda que o §1º do art. 46 do ECA prevê: “§ 1º O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo”. Assim, haverá dispensa quando se tratar de tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo e não no caso de guarda de fato.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a classificação das famílias, a família natural não inclui os ascendentes dos pais e a família extensa envolve vínculo de afinidade/afetividade.

A alternativa C está incorreta. O art. 166 do ECA trata do procedimento de colocação em família substituta e exige que o consentimento seja ratificado em audiência nesse caso.

A alternativa D está correta. A alternativa coaduna com o art. 28 do ECA que trata da colocação em família substituta e prevê nos seus parágrafos a necessidade de se levar em consideração opinião de criança, sempre que possível e o necessário consentimento dos adolescentes.

QUESTÃO 31. O acusado Tirso da Silva possui condenação anterior, com trânsito em julgado ocorrido durante outro processo em curso, por novo crime, posterior ao primeiro. Diante disso, o juiz, ao proferir sentença condenatória, deve

a) elevar a pena na segunda fase da dosimetria, pois é reincidente.

b) deixar de elevar a pena em razão do crime anterior.

c) elevar sua pena na primeira etapa, já que tem maus antecedentes.

d) elevar a pena na terceira fase, pela causa de aumento de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a aplicação da reincidência, considerando a existência de uma condenação anterior com trânsito em julgado.

A alternativa A está incorreta. Para que o réu seja considerado reincidente (art. 61, I, do Código Penal), a condenação anterior deve ter transitado em julgado antes da prática do novo crime. No caso apresentado, a condenação anterior só transitou em julgado durante o curso do segundo processo, ou seja, após a prática do novo crime. Portanto, não se pode aplicar a agravante de reincidência na segunda fase da dosimetria.

A alternativa B está incorreta. O juiz não pode simplesmente ignorar a condenação anterior com trânsito em julgado, mesmo que ela tenha ocorrido depois da prática do novo crime. A condenação anterior pode influenciar a dosimetria da pena, mas de forma limitada. Embora não seja possível aplicar a reincidência, a condenação anterior ainda pode ser considerada como maus antecedentes na primeira fase da dosimetria. Aqui se aplica o art. 59 do Código Penal, que determina que, na fixação da pena, o juiz deve considerar as circunstâncias judiciais (como os antecedentes, personalidade, conduta social, entre outros). Nesse caso, a condenação anterior pode influenciar o juízo negativo sobre os antecedentes.

A alternativa C está correta. Segundo o art. 59 do Código Penal, na primeira fase da dosimetria, o juiz deve analisar as circunstâncias judiciais (como antecedentes, conduta social e personalidade do agente). Nesse sentido, a jurisprudência do STJ estabelece que condenações anteriores, com trânsito em julgado ocorrido após a prática do novo delito, não podem fundamentar a reincidência, mas podem ser usadas para valorar negativamente os antecedentes na primeira fase da dosimetria.

A alternativa D está incorreta. As causas de aumento de pena são aplicadas na terceira fase da dosimetria e decorrem de circunstâncias específicas previstas na legislação, como o uso de arma de fogo em crime de roubo ou crime contra menor de 14 anos, entre outras situações. A mera existência de uma condenação anterior com trânsito em julgado não constitui uma causa de aumento de pena, mas sim um fator a ser considerado na primeira fase da dosimetria como maus antecedentes, conforme o art. 59 do Código Penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 32. Considera-se documento suficiente para a comprovação dos maus antecedentes do acusado:

a) folha de antecedentes, mesmo sem a indicação do trânsito em julgado da condenação anterior.

b) o registro, em certidão, de ações penais, ainda que em andamento.

c) folha de antecedentes com indicação da data do trânsito em julgado da condenação anterior.

d) o registro, em certidão, de inquéritos policiais em andamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o que pode ser considerado como prova para a configuração de maus antecedentes.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ, para que seja configurado um mau antecedente, é necessário que haja o trânsito em julgado da condenação anterior. A simples existência de uma folha de antecedentes sem essa indicação não pode ser considerada suficiente. Esse entendimento está alinhado com a Súmula 444 do STJ, que estabelece que “é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base”. Portanto, uma folha sem a comprovação de trânsito em julgado não pode ser utilizada para negatizar os antecedentes.

A alternativa B está incorreta. O registro de ações penais em andamento não pode ser utilizado para a configuração de maus antecedentes, conforme o entendimento expresso na Súmula 444 do STJ, que veda o uso de ações penais em curso para agravar a pena. Além disso, tal prática viola o princípio constitucional da presunção de inocência, garantido pelo art. 5º, LVII da Constituição Federal, pois ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença condenatória. Logo, as ações penais sem decisão definitiva não podem ser usadas como prova de maus antecedentes.

A alternativa C está correta. A Súmula 636 do STJ afirma que “a folha de antecedentes criminais é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência”. No entanto, para que a folha de antecedentes seja considerada válida para comprovação de maus antecedentes, deve constar a data do trânsito em julgado da condenação anterior, uma vez que só uma sentença condenatória definitiva (sem possibilidade de recurso) pode caracterizar um mau antecedente. Assim, esta é a única alternativa que está de acordo com o entendimento da jurisprudência majoritária do STJ e STF.

A alternativa D está incorreta. Inquéritos policiais em andamento não podem ser usados para comprovar maus antecedentes. O STJ, por meio da Súmula 444, veda expressamente a utilização de inquéritos ou ações penais em curso para agravar a pena, pois eles não constituem condenação definitiva. Considerar inquéritos violaria o princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5º, LVII da Constituição Federal. Portanto, inquéritos abertos, ainda que registrados em certidão, não podem ser utilizados como prova de maus antecedentes.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 33. O agente que comparece a loja de veículos pretendendo a compra de um carro e, autorizado pelo vendedor, sai para testá-lo e depois, tendo gostado dele, mas achando que o preço é elevado, não o devolve responde por

a) furto mediante fraude.

b) estelionato.

c) furto com abuso de confiança.

d) apropriação indébita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, contudo, cabe recurso, vide divergência, que poderia indicar a alternativa A ou B, no STJ: REsp n. 672.987/MT, HC n. 913.448, AgRg no AgRg no AREsp n. 2.026.865/SP. A questão trata sobre tipificação penal, furto mediante fraude, estelionato, furto com abuso de confiança e apropriação indébita.

A alternativa A está incorreta. Essa alternativa está incorreta na maior parte da doutrina e jurisprudência. O furto mediante fraude (art. 155, §4º, II, do Código Penal) ocorre quando a subtração do bem é realizada por meio de um artifício ou engano. Como o agente obteve o carro de forma voluntária e legítima, não haveria subtração mediante fraude na visão predominante. No entanto, existem julgados que discutem a possibilidade de se enquadrar o fato como furto mediante fraude, em situações onde o agente, após receber o bem por vias lícitas, utiliza-se de um ardil subsequente para manter a posse. Em casos análogos, alguns tribunais poderiam entender que o não retorno do veículo caracteriza uma fraude posterior, justificando o furto qualificado. Esse entendimento foi explorado no REsp 672.987/MT, no qual o STJ analisou a linha tênue entre fraude anterior e posterior à posse, abrindo espaço para divergências.

A alternativa B está incorreta. Embora a resposta usual seja que o estelionato (art. 171 do CP) não se aplica aqui, pois a posse do veículo foi obtida de forma lícita e sem indução inicial em erro, entendimentos divergentes no STJ também podem considerar essa hipótese em casos semelhantes. Por exemplo, no HC 913.448 e no AgRg no AgRg no AREsp 2.026.865/SP, o STJ discutiu cenários em que a posse foi inicialmente lícita, mas depois o agente manteve a vítima em erro, o que poderia justificar o estelionato. Nesses julgados, o tribunal reconhece que, se houver fraude subsequente à obtenção inicial do bem, pode-se argumentar que há indução em erro continuada, abrindo a possibilidade de configuração do estelionato.

A alternativa C está incorreta. O furto qualificado pelo abuso de confiança se caracteriza pela subtração de coisa alheia móvel, o que não ocorreu neste caso, já que o veículo foi entregue de forma voluntária ao agente. Aqui, a questão não trata de subtração, mas de não devolução do bem após ter sido legitimamente obtido para teste.

A alternativa D está correta. Essa é tradicionalmente considerada a resposta correta. O art. 168 do Código Penal prevê o crime de apropriação indébita, que ocorre quando o agente recebe o bem de forma lícita, mas decide posteriormente não devolvê-lo, tratando-o como se fosse de sua propriedade. No caso, o agente recebeu o carro legitimamente para testá-lo, mas não o devolveu, configurando a apropriação.

Portanto, considerando as razões acima, a provável alternativa correta é a letra D, dentro do entendimento tradicional, uma vez que o agente legitimamente obteve o bem e não o devolveu. No entanto, devido à divergência de interpretações na jurisprudência do STJ, como nos casos do REsp

672.987/MT, HC 913.448 e AgRg no AgRg no AREsp 2.026.865/SP, é possível que as letras A ou B também sejam consideradas corretas em casos específicos, dependendo da análise detalhada do comportamento do agente, especialmente se houver indícios de fraude ou ardil utilizados para manter a posse do bem.

QUESTÃO 34. É considerada causa impeditiva da prescrição:

a) cumprimento de pena no exterior.

b) recebimento da denúncia.

c) decisão que confirma a pronúncia.

d) reincidência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre as causas impeditivas e interruptivas da prescrição.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 116, inciso II, do Código Penal, o cumprimento de pena no exterior é considerado uma causa impeditiva da prescrição. Isso significa que o prazo prescricional não corre enquanto o indivíduo estiver cumprindo pena fora do Brasil. Tal disposição evita que o condenado no exterior usufrua de prescrição no Brasil enquanto está cumprindo pena em outro país.

A alternativa B está incorreta. O recebimento da denúncia (art. 117, I do CP) é uma causa interruptiva da prescrição, e não impeditiva. A interrupção da prescrição implica que o prazo já decorrido é desconsiderado e reiniciado, diferentemente da causa impeditiva, que apenas suspende o curso do prazo até que a causa cessante se resolva.

A alternativa C está incorreta. A confirmação da pronúncia (art. 117, III do CP) também é uma causa interruptiva da prescrição. A pronúncia ocorre no âmbito do Tribunal do Júri e, ao ser confirmada por tribunal superior, interrompe o curso do prazo prescricional, reiniciando-o.

A alternativa D está incorreta. A reincidência não é considerada uma causa impeditiva da prescrição, mas sim uma causa interruptiva, conforme art. 117, VI do CP.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 35. No caso de condenação do agente por dois roubos qualificados, em concurso formal, em relação à pena pecuniária, é correto afirmar:

a) uma das multas deve ser aumentada de um sexto até metade.

b) as multas devem ser somadas.

c) deve ser aplicada a multa de um dos crimes.

d) a multa deve ser acrescida do triplo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre aplicação da pena pecuniária (multa) e concurso formal de crimes.

A alternativa A está incorreta. No concurso formal de crimes, as penas privativas de liberdade podem ser aplicadas com um aumento de $1/6$ a $1/2$, conforme o art. 70 do Código Penal, mas isso não se aplica às penas de multa. A pena de multa não é aumentada proporcionalmente nesse contexto, mas sim somada individualmente para cada crime cometido.

A alternativa B está correta. A regra para a aplicação da pena de multa no caso de concurso formal de crimes (art. 72 do Código Penal) determina que as multas devem ser somadas. Ou seja, a multa aplicada a cada crime deve ser computada de forma independente, e os valores das multas dos crimes em concurso formal serão somados. Essa é a regra que se aplica para o cálculo da pena pecuniária no concurso de crimes.

A alternativa C está incorreta. Essa alternativa está errada porque, no caso de concurso formal, não se aplica a multa apenas de um dos crimes. Cada crime resulta em uma pena de multa que deve ser somada, conforme a regra do art. 72 do Código Penal.

A alternativa D está incorreta. O acréscimo de até o triplo não se aplica a casos de concurso formal de crimes. Essa medida pode ser encontrada em algumas situações específicas, como crimes continuados ou em casos de abuso do poder econômico (art. 60, §1º do CP), mas não no caso de dois roubos qualificados em concurso formal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C e D.

QUESTÃO 36. No caso de réu condenado por roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes, na fixação da pena, em relação ao aumento pelas majorantes, é correto afirmar:

a) deve-se, em qualquer hipótese, aplicar os dois aumentos.

b) deve-se, em qualquer hipótese, aplicar a que menos aumente a pena.

c) pode-se aplicar somente a que mais aumente a pena.

d) pode-se aplicar a que menos aumenta a pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre roubo majorado, concurso de agentes, dosimetria da pena e majorantes.

A alternativa A está incorreta. No caso de roubo com mais de uma majorante (art. 157, §2º-A e §2º, II, do Código Penal), não é obrigatório aplicar todas as causas de aumento cumulativamente. O juiz tem a discricionariedade de escolher a causa que melhor se aplica ao caso concreto, considerando a que mais gravemente afeta o crime.

A alternativa B está incorreta. Não existe uma regra que obrigue o juiz a aplicar sempre a menor causa de aumento. Pelo contrário, o juiz deve analisar as circunstâncias do caso e, se for mais adequado, aplicar a majorante que cause o maior aumento, levando em conta a gravidade das circunstâncias.

A alternativa C está correta. A jurisprudência e a doutrina majoritária entendem que, havendo mais de uma causa de aumento em um crime de roubo, o juiz pode optar por aplicar apenas a causa que mais aumenta a pena, conforme o art. 68, Parágrafo Único do Código Penal, desde que isso seja justificável pelas circunstâncias do crime. Isso evita um aumento excessivo e desproporcional da pena.

A alternativa D está incorreta. Embora o juiz tenha discricionariedade para optar por aplicar a majorante que menos aumenta a pena, essa não é a única opção. A escolha depende do caso concreto, e o juiz pode decidir aplicar a majorante que mais aumenta a pena, se isso for mais proporcional à gravidade do delito.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 37. Tratando-se de crime que envolva violência doméstica ou familiar contra mulher, pode ser aplicada ao condenado por tal delito, caso presentes os requisitos próprios do instituto:

- a) suspensão condicional da pena.**
- b) transação penal.**
- c) suspensão condicional do processo.**
- d) princípio da insignificância.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crime de violência doméstica ou familiar contra mulher, suspensão condicional da pena, transação penal, suspensão condicional do processo e princípio da insignificância.

A alternativa A está correta. A suspensão condicional da pena, prevista no art. 77 do Código Penal, pode ser aplicada em casos de violência doméstica contra a mulher, desde que presentes os requisitos legais (como pena privativa de liberdade não superior a 2 anos, entre outros). A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) não proíbe expressamente a concessão da suspensão condicional da pena em crimes de violência doméstica, o que a torna uma medida possível após a condenação, desde que o réu preencha os requisitos legais. A Súmula 588 do STJ reforça que "A Lei 9.099/95, no tocante à suspensão condicional do processo e à transação penal, não se aplica aos crimes cometidos no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista". No entanto, isso não se aplica à suspensão condicional da pena, que é possível.

A alternativa B está incorreta. A transação penal, prevista nos arts. 76 e 89 da Lei nº 9.099/95, não pode ser aplicada a crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. O art. 41 da Lei Maria da Penha veda expressamente a aplicação dos institutos da Lei dos Juizados Especiais Criminais, como a transação penal, nesses casos. Esse entendimento foi adotado para garantir maior rigor na punição de crimes de violência doméstica e evitar a banalização dessas condutas.

A alternativa C está incorreta. A suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/95, não pode ser aplicada a crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme o art. 41 da Lei nº 11.340/06. O dispositivo exclui a possibilidade de aplicação dos institutos da Lei dos Juizados Especiais Criminais, incluindo a suspensão condicional do processo, a crimes cometidos no âmbito de violência doméstica.

A alternativa D está incorreta. O princípio da insignificância não se aplica aos crimes de violência doméstica contra a mulher, conforme entendimento consolidado do STF e STJ. Esses crimes envolvem não apenas o patrimônio, mas também a dignidade e integridade física e psicológica da mulher, o que afasta a possibilidade de aplicação desse princípio. A jurisprudência considera que, em crimes dessa natureza, mesmo em casos de menor gravidade, a aplicação do princípio da insignificância é inadequada, dado o caráter de proteção à dignidade humana que está em jogo.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 38. Acerca do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, é correto afirmar:

a) tratando-se de condenação por crime hediondo ou equiparado, o regime inicial será obrigatoriamente o fechado.

b) é inadmissível a adoção do regime inicial semiaberto aos reincidentes, ainda que condenados a pena igual ou inferior a quatro anos e favoráveis as circunstâncias judiciais.

c) na pena de detenção, sendo desfavoráveis as circunstâncias judiciais e situando-se a pena acima de quatro anos, pode o juiz, fundamentadamente, impor o regime inicial fechado.

d) fixada a pena-base no mínimo, o regime inicial não pode ser mais gravoso do que aquele cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre regime inicial de cumprimento de pena privativa de liberdade.

A alternativa A está incorreta. A obrigatoriedade de regime inicial fechado para crimes hediondos foi declarada inconstitucional pelo STF no julgamento do HC 111.840. Embora o regime fechado seja a regra para esses crimes, o juiz pode, analisando as circunstâncias do caso concreto (como primariedade, bons antecedentes, etc.), optar por outro regime inicial, desde que devidamente fundamentado. A Súmula 440 do STJ reforça esse entendimento, afirmando que “fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado estabelecer o regime fechado com base apenas na gravidade abstrata do delito”.

A alternativa B está incorreta. O regime inicial semiaberto pode ser aplicado a reincidentes, desde que a pena seja igual ou inferior a 4 anos e as circunstâncias judiciais sejam favoráveis. A reincidência, por si só, não impede o regime semiaberto. O juiz deve considerar todos os fatores presentes no art. 59 do Código Penal. O STJ, em diversos precedentes, tem flexibilizado essa questão, permitindo o semiaberto para reincidentes em casos específicos.

A alternativa C está incorreta. A pena de detenção não admite o regime fechado, sendo cumprida apenas nos regimes semiaberto ou aberto (art. 33 do CP). Portanto, ainda que as circunstâncias judiciais sejam desfavoráveis, não é possível impor regime fechado em condenações com penas de detenção.

A alternativa D está correta. Esse entendimento está consolidado na jurisprudência e é respaldado tanto pelo STF quanto pelo STJ. A Súmula 440 do STJ é clara ao afirmar que, ao ser fixada a pena-base no mínimo legal, não se pode impor um regime inicial mais gravoso com base apenas na gravidade abstrata do delito, sem uma fundamentação concreta que justifique essa decisão. O regime inicial deve ser compatível com as circunstâncias judiciais do caso e a sanção imposta, e não pode ser agravado apenas pela natureza do crime de forma genérica.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B e C.

QUESTÃO 39. A respeito do crime de extorsão (artigo 158 do Código Penal), é correto afirmar:

a) a extorsão é crime formal, consumando-se independentemente da obtenção da vantagem pretendida pelo agente.

b) a extorsão é crime material, consumando-se quando o agente obtém a vantagem pretendida, ainda que venha a ser dela despojado imediatamente.

c) a extorsão se distingue do roubo pelo fato de, na extorsão, o concurso da vítima ser desnecessário para a obtenção, pelo agente, da vantagem pretendida.

d) se o agente pratica, em um mesmo contexto e contra a mesma vítima, roubo e extorsão, haverá continuidade delitiva entre os dois crimes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crime de extorsão, crime de roubo, natureza jurídica, crime formal, crime material, concurso, consumação e continuidade delitiva.

A alternativa A está correta. A extorsão, prevista no art. 158 do Código Penal, é classificada como um crime formal. Isso significa que a consumação do delito ocorre com a realização da conduta típica, ou seja, com o constrangimento da vítima mediante violência ou grave ameaça, independentemente da obtenção da vantagem econômica pretendida. Não é necessária a obtenção efetiva dessa vantagem para que o crime se consuma. A Súmula 96 do STJ reforça esse entendimento, estabelecendo que “o crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida”. Assim, a extorsão é um crime formal, que se completa com o ato de constranger a vítima.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a extorsão não é um crime material, mas sim formal, consumando-se independentemente da obtenção da vantagem. Como já mencionado, o delito se consuma com o constrangimento da vítima, não sendo necessário que a vantagem seja efetivamente alcançada pelo agente. O fato de o agente não obter a vantagem econômica não descaracteriza a consumação do crime.

A alternativa C está incorreta. Na extorsão, o concurso da vítima é, sim, necessário. A característica fundamental da extorsão é o constrangimento da vítima para que ela mesma faça algo que leve à obtenção da vantagem indevida pelo agente, o que exige a colaboração da vítima, ainda que sob coação. No roubo, a subtração dos bens ocorre diretamente pelo agente, sem a necessidade de a vítima colaborar de forma ativa para a obtenção do resultado.

A alternativa D está incorreta. Roubo e extorsão são crimes de natureza distinta, o que impede a aplicação da continuidade delitiva entre eles. Conforme o art. 71 do Código Penal, a continuidade delitiva se aplica a crimes da mesma espécie. No caso de roubo e extorsão, devido à diferença em sua tipicidade, é possível que ocorra concurso material ou, em casos específicos, a absorção de um crime pelo outro, dependendo do nexo e das circunstâncias do caso concreto, mas não continuidade delitiva.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 40. Sobre o crime de tráfico de drogas privilegiado (artigo 33 § 4º da Lei 11.343/2006), é correto afirmar:

a) a causa de diminuição de pena não pode ser negada com base, tão somente, em inquéritos ou ações penais em andamento.

b) sendo o réu processado por tráfico de drogas (artigo 33 da Lei nº 11.343/2006) e associação para o tráfico (artigo 35 da mesma lei), a condenação por este último não constitui, por si só, obstáculo a que se aplique o redutor de pena do tráfico privilegiado ao crime do artigo 33 da Lei de Drogas.

c) o tráfico privilegiado não deixa de ser tráfico de drogas e, portanto, ele é crime equiparado aos hediondos, por força de norma constitucional.

d) reconhecido o tráfico privilegiado, o juiz, tendo em vista a gravidade inerente ao crime de tráfico de drogas, pode impor regime semiaberto ou fechado e negar a substituição da pena privativa de liberdade, ainda que tenha sido estabelecida no mínimo a pena-base.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o crime de tráfico de drogas privilegiado, previsto no art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), e busca esclarecer aspectos da aplicação da causa de diminuição de pena, do reconhecimento do tráfico privilegiado e seus efeitos.

A alternativa A está correta. O entendimento consolidado na jurisprudência do STJ, incluindo o julgamento do REsp 1.977.027, é que a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas não pode ser negada com base apenas na existência de inquéritos policiais ou ações penais em

andamento, em respeito ao princípio da presunção de inocência. Ou seja, a mera existência de processos pendentes não caracteriza dedicação a atividades criminosas ou participação em organização criminosa, sendo necessário trânsito em julgado para tais inferências. O STF também reconhece que ações penais sem decisão definitiva não podem prejudicar o réu na concessão de benefícios.

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência predominante entende que a condenação por associação para o tráfico (art. 35 da Lei de Drogas) indica dedicação a atividades criminosas ou participação em organização criminosa, o que impede a aplicação da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º). O STJ, em diversos julgados, incluindo o REsp 1.977.027, reitera que a condenação por associação para o tráfico é, sim, um forte indicativo de que o réu não faz jus ao benefício do redutor do tráfico privilegiado, pois sugere uma vinculação estável e organizada com o tráfico de drogas.

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência do STF e STJ já pacificou o entendimento de que o tráfico privilegiado não é considerado crime equiparado a hediondo. Embora o crime de tráfico em geral seja equiparado a crime hediondo, o §4º do art. 33, ao prever a diminuição de pena para casos privilegiados, descaracteriza a hediondez desse tipo específico de tráfico. Assim, não se aplica o regime mais gravoso dos crimes hediondos.

A alternativa D está incorreta. O reconhecimento do tráfico privilegiado normalmente conduz à aplicação de um regime inicial mais brando, como o regime aberto, especialmente quando a pena é fixada no mínimo legal e as circunstâncias são favoráveis ao réu. A imposição de regime mais gravoso ou a negativa da substituição da pena privativa de liberdade exigem fundamentação específica com base em elementos concretos, não podendo ser baseada apenas na gravidade abstrata do delito.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 41. Quanto à competência, a conexão e a continência entre infrações penais têm como efeito o *simultaneus processus* e a *prorrogatio fori*. São exceções legais e obrigatórias à regra da unidade de processo, e tal efeito cessará

a) se dois forem os réus e em relação a algum deles se verificar que era doente mental à época da infração objeto da ação penal.

b) se algum corréu estiver foragido e, ainda que citado por edital e ausente ao interrogatório, tiver constituído advogado para sua defesa.

c) no procedimento do Tribunal do Júri, se forem dois ou mais os acusados e, em razão de recusas peremptórias, ocorrer o estouro de urna.

d) quando houver número excessivo de acusados, para não lhes prolongar a prisão provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os efeitos da conexão e continência, em particular a possibilidade de se unificar processos quando houver infrações penais conectadas ou continentes, com

o objetivo de otimizar a condução processual (*simultaneus processus*) e determinar a prorrogação da competência (*prorrogatio fori*).

A alternativa A está incorreta. O art. 79, §1º menciona que a cessação da unidade processual ocorre se a doença mental sobrevier após a infração (art. 152). Se a doença mental existir à época da infração, como mencionado na alternativa, não é razão para a cessação da unidade, mas pode afetar a imputabilidade do réu.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 79, §2º, a unidade do processo não se mantém se o co-réu foragido não puder ser julgado à revelia. No entanto, se o corréu foragido tiver advogado constituído, ele poderá ser julgado, e a unidade processual poderá ser mantida.

A alternativa C está correta. Como previsto no art. 469, §1º do CPP, no procedimento do Tribunal do Júri, se forem dois ou mais os acusados e, devido às recusas peremptórias, não for obtido o número mínimo de jurados, ocorrerá o "estouro de urna", justificando a separação dos julgamentos e cessando o efeito da unidade processual.

A alternativa D está incorreta. A separação do processo em razão do número excessivo de acusados é facultativa e prevista no art. 80 do CPP, mas não se trata de uma hipótese obrigatória para cessar a unidade processual. A separação ocorre para evitar a prolongação da prisão provisória, sendo uma medida de conveniência, e não uma obrigatoriedade legal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 42. Se considerar inadequadas as condições dispostas no acordo de não persecução penal oferecido pelo Ministério Público ao investigado, o juiz

- a) determinará a manifestação do defensor do investigado.**
- b) devolverá os autos ao Ministério Público para reformular a proposta de acordo.**
- c) recusará a homologação do acordo proposto.**
- d) determinará a remessa dos autos ao órgão superior de revisão do Ministério Público.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre acordo de não persecução penal.

A alternativa A está incorreta. Não é função do juiz determinar a manifestação do defensor nesse caso. Se o acordo de não persecução penal for considerado inadequado, o juiz deve seguir o procedimento estabelecido no art. 28-A, §5º do CPP, devolvendo os autos ao Ministério Público para a reformulação da proposta.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 28-A, §5º do CPP, se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições do acordo de não persecução penal, ele deve devolver os autos

ao Ministério Público para reformulação da proposta, com a concordância do investigado e de seu defensor.

A alternativa C está incorreta. A recusa à homologação só ocorre quando o acordo não atende aos requisitos legais (art. 28-A, §7º do CPP). No caso de condições inadequadas, o juiz deve, primeiramente, devolver os autos ao Ministério Público para correção.

A alternativa D está incorreta. A remessa dos autos ao órgão superior do MP não se aplica nesse contexto. Essa medida poderia ser adotada em caso de divergência entre o MP e o juiz em outras situações, mas não quando se trata da reformulação de um acordo de não persecução penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C e D.

QUESTÃO 43. Arguida a suspeição de jurado por ocasião do sorteio e escolha do Conselho de Sentença, o presidente do Tribunal do Júri

a) rejeita-la-á de plano se, negada pelo recusado, não for imediatamente comprovada.

b) rejeita-la-á ou acolhê-la-á mediante decisão que comporta recurso em sentido estrito.

c) adiará a sessão de julgamento para a data imediata, convocando outro jurado.

d) adiará a sessão de julgamento determinando a produção de provas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre arguição de suspeição e Tribunal do Júri.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 106 do CPP, o presidente do Tribunal do Júri deve decidir de plano sobre a suspeição arguida. Se o jurado negar a suspeição e esta não for comprovada imediatamente, a alegação será rejeitada, e isso deve constar na ata.

A alternativa B está incorreta. A decisão de rejeitar ou acolher a suspeição de um jurado é tomada de plano pelo presidente do Tribunal do Júri e não comporta recurso em sentido estrito nessa fase. Apenas algumas decisões podem ser recorridas nesse formato (art. 581 do CPP), e essa não é uma delas.

A alternativa C está incorreta. O adiamento da sessão para convocar outro jurado não é o procedimento padrão para suspeição arguida no sorteio. Se a suspeição não for comprovada de imediato, o julgamento segue com os jurados disponíveis.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão legal para o adiamento da sessão para produção de provas em casos de suspeição de jurados no sorteio do Conselho de Sentença. A decisão é sumária e imediata, conforme o art. 106 do CPP.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

QUESTÃO 44. Quanto ao interrogatório do acusado, é correto afirmar que

a) no procedimento comum, se o acusado presente, ciente da acusação, não atender à intimação para o interrogatório de mérito, o juiz poderá mandar conduzi-lo à sua presença.

b) a presença do réu solto para interrogatório em Plenário de Júri é obrigatória.

c) na fase da prolação da sentença, verificando ser o caso de proceder à *emendatio libelli*, o juiz deverá realizar novo interrogatório do acusado.

d) no rito do Júri, durante os debates, as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências ao silêncio do acusado e à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre interrogatório, *emendatio libelli* e Tribunal do Júri.

A alternativa A está incorreta. Embora o art. 260 do CPP permita a condução coercitiva em casos específicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que essa medida só é permitida em situações extremas. A condução coercitiva para o interrogatório não é regra no procedimento comum, principalmente após as decisões das ADPFs 395 e 444.

A alternativa B está incorreta. O art. 457 do CPP estabelece que o julgamento no Tribunal do Júri não será adiado pelo não comparecimento do réu solto, se ele tiver sido regularmente intimado. A presença do réu solto, portanto, não é obrigatória para o interrogatório no Plenário de Júri.

A alternativa C está incorreta. A *emendatio libelli* (art. 383 do CPP) permite que o juiz atribua uma nova definição jurídica aos fatos sem modificar a descrição contida na denúncia ou queixa. Não há necessidade de novo interrogatório do acusado nessa fase.

A alternativa D está correta. O art. 478, II do CPP proíbe expressamente que as partes façam referência ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório para prejudicar sua defesa, sob pena de nulidade do julgamento.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B e C.

QUESTÃO 45. Quanto ao dever de testemunhar sobre fato relevante para o processo, é correto afirmar que

a) a pessoa que estiver proibida de depor será dispensada do compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

b) à testemunha amiga íntima do acusado será deferido o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

c) o ascendente da vítima pode se recusar a depor, mas se não for possível, por outro modo, obter-se a prova do fato e de suas circunstâncias, deverá depor sem o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

d) a qualquer momento da colheita do depoimento de testemunha, poderá ela ser contraditada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre regras quanto ao dever de testemunhar.

A alternativa A está incorreta. O art. 207 do CPP traz quem são as pessoas proibidas de depor, contudo, não é uma proibição absoluta pois pode haver a desobrigação pela parte interessada. Já a dispensa do compromisso de depor é tratada pelo art. 208 do CPP e é direcionada a outras pessoas, não a estas proibidas de depor do art. 207.

A alternativa B está correta. A testemunha amiga íntima do acusado será deferida o compromisso de dizer a verdade. O Código de Processo Penal não prevê uma exceção específica para amigos íntimos. Assim, tal testemunha não é isenta de prestar compromisso.

A alternativa C está incorreta. Segundo o art. 206 do CPP, a previsão de recusa da obrigação de depor é em relação ao acusado e não em relação a vítima, conforme afirmou a alternativa.

A alternativa D está incorreta. A contradita (objeção à testemunha) deve ser feita no início do depoimento, conforme o art. 214 do CPP, e não a qualquer momento durante a colheita do depoimento.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C e D.

QUESTÃO 46. No que concerne à lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006), é correto afirmar que

a) o juiz poderá conceder, de ofício, medidas protetivas de urgência para resguardar a integridade física e psicológica da vítima.

b) nas Comarcas onde não houver Juízos Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a competência para a ação penal quanto a crime praticado contra mulher, em contexto de violência doméstica, para o qual a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, será do Juizado Especial Criminal.

c) as medidas protetivas de urgência concedidas devem perdurar enquanto existir situação de risco à integridade patrimonial da ofendida.

d) é vedada a aplicação da pena de prestação pecuniária e da suspensão condicional da pena ao condenado por crime praticado em contexto de violência doméstica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e mecanismos para coibir a violência doméstica.

A alternativa A está incorreta. Embora o juiz possa conceder medidas protetivas de urgência, isso não ocorre necessariamente de ofício (por iniciativa própria do juiz). Em muitos casos, é necessário que a vítima ou o Ministério Público faça o pedido. A concessão de ofício depende de situações excepcionais, como o artigo 19 que prevê a análise do risco no caso.

A alternativa B está incorreta. Os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher não são da competência dos Juizados Especiais Criminais, independentemente da pena prevista, conforme o artigo 41 da Lei Maria da Penha, que expressamente exclui essa competência.

A alternativa C está correta. O artigo 19, § 6º da Lei Maria da Penha estabelece que as medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir o risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes. Portanto, a integridade patrimonial da vítima também é abrangida pelas medidas protetivas, desde que se verifique a existência de risco.

A alternativa D está incorreta. Não há vedação absoluta para a aplicação da pena de prestação pecuniária ou da suspensão condicional da pena. A Lei Maria da Penha veda a aplicação de penas alternativas como a transação penal e a composição civil nos Juizados Especiais, mas a prestação pecuniária e o *sursis* podem ser aplicados, dependendo do caso concreto.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 47. No que concerne à infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação no âmbito da organização criminosa (Lei nº 12.850/2013), meio de obtenção de prova, é correto afirmar que

a) é medida que será previamente comunicada ao juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá seus limites, mas não depende de prévia autorização judicial.

b) tem caráter de subsidiariedade.

c) é medida de iniciativa exclusiva do delegado de polícia, cabível somente na fase da investigação policial.

d) o prazo legal previsto para a medida é de 6 (seis) meses improrrogáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre meios de obtenção de prova, infiltração de agentes e organização criminosa.

A alternativa A está incorreta. A infiltração de agentes depende de prévia autorização judicial (art. 10, *caput*, da Lei 12.850/2013). A medida não pode ser realizada apenas com a comunicação posterior ao juiz. É necessário que o juiz competente autorize e estabeleça os limites da infiltração previamente, com base em um pedido formal feito pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.

A alternativa B está correta. A infiltração de agentes é considerada um meio de obtenção de prova de caráter subsidiário, ou seja, só pode ser utilizada quando outros meios de investigação mais

convencionais se mostrarem ineficazes, conforme o art. 10, § 2º da Lei 12.850/2013. O objetivo é garantir que essa medida mais invasiva seja utilizada apenas em casos de extrema necessidade.

A alternativa C está incorreta. A iniciativa para a infiltração de agentes pode partir tanto do delegado de polícia quanto do Ministério Público (art. 10, *caput*). Além disso, a infiltração não se limita apenas à fase de investigação policial, podendo ser requerida também no curso do processo penal, conforme a necessidade da investigação.

A alternativa D está incorreta. A Lei 12.850/2013, em seu art. 10, § 3º, prevê que o prazo para a infiltração de agentes é de até 6 meses, podendo ser prorrogado se for necessário, desde que justificado e autorizado pelo juiz competente. Portanto, o prazo não é improrrogável.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C e D.

QUESTÃO 48. Quanto ao benefício da saída temporária, previsto na Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

a) a autorização para saída temporária é ato que o juiz das execuções criminais pode delegar à autoridade administrativa do estabelecimento prisional.

b) ao condenado que progrediu do regime fechado para o semiaberto, para obtenção do benefício da saída temporária, não aproveita o tempo de cumprimento da pena no regime mais grave.

c) o benefício da saída temporária pode ser concedido pelo prazo não superior a 7 (sete) dias renováveis.

d) a saída temporária dos condenados que cumprem pena em regime semiaberto pode ser concedida mediante vigilância indireta.

Comentários

Questão passível de recurso pois, como não houve menção à data da prática do crime, o novo regramento mais repressivo da saída temporária não retroage, nos termos do posicionamento do STF. Assim, em nossa visão, a questão possui duas alternativas corretas, que são a **letra C** e a **letra D**. A questão trata sobre regime de cumprimento de pena, saída temporária e Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).

A alternativa A está incorreta. A concessão da saída temporária é competência exclusiva do juiz da execução penal, conforme o art. 123 da Lei de Execução Penal. Esse ato não pode ser delegado à autoridade administrativa do estabelecimento prisional, uma vez que envolve a avaliação de requisitos objetivos e subjetivos do condenado. Nesses termos, a súmula 520 do STJ - O benefício de saída temporária no âmbito da execução penal é ato jurisdicional insuscetível de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional.

A alternativa B está incorreta. O tempo de cumprimento da pena no regime fechado pode ser considerado para o cálculo do benefício da saída temporária, desde que o condenado atenda aos

requisitos objetivos e subjetivos, nos termos da súmula 40 do STJ - Para obtenção dos benefícios de saída temporária e trabalho externo, considera-se o tempo de cumprimento da pena no regime fechado.

A alternativa C está correta. Pois, a depender da data em que o crime foi praticado, e a questão não trouxe essa informação. A alternativa C pode estar correta ou incorreta. Apesar da revogação do artigo 124 da Lei de Execução Penal (LEP) pela Lei no 14.843/24, a saída temporária de presos não tem mais o prazo máximo de sete dias, renovável por até quatro vezes ao ano. Porém, por ser uma lei mais grave, não retroage para atingir fatos pretéritos. STF – 29.05.2024 - HC 240770 – Rel. Min. Andre Mendonça.

A alternativa D está correta. A saída temporária é concedida com vigilância indireta, ou seja, o condenado não é acompanhado diretamente por agentes penitenciários, mas sua conduta pode ser monitorada (art. 122, § 1º, da Lei de Execução Penal). O objetivo é proporcionar ressocialização e reintegração gradual à sociedade, com um controle que não envolva vigilância ostensiva.

Portanto, considerando as razões acima, as alternativas corretas são a **letra C** e a **letra D**, estando incorretas as alternativas A e B.

QUESTÃO 49. Sobre o instituto da delação premiada, previsto na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), para os autores dos crimes nela descritos é correto afirmar que

- a) pressupõe a colaboração do autor da delação na identificação de seus comparsas.**
- b) os requisitos legais para obtenção do benefício decorrente da delação premiada são alternativos.**
- c) exige voluntariedade e espontaneidade do autor da delação.**
- d) exige a recuperação total ou parcial do proveito do crime.**

Comentários

Em nossa visão, a questão possui duas alternativas corretas, que são a **letra A** e a **letra D**. A questão trata sobre o instituto da delação premiada no contexto da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).

A alternativa A está correta. O art. 41 da Lei de Drogas exige que a delação envolva a colaboração do indiciado ou acusado para a identificação dos demais coautores ou partícipes do crime. Esse é um dos requisitos para que o acusado possa obter a redução de pena, que pode ser de um terço a dois terços, caso a colaboração seja eficaz.

A alternativa B está incorreta. Os requisitos para a concessão da delação premiada não são alternativos, mas cumulativos, conforme o art. 41. O acusado precisa tanto colaborar para a identificação dos comparsas quanto para a recuperação do produto do crime, total ou parcial.

A alternativa C está incorreta. Embora a colaboração precise ser voluntária, ela não exige espontaneidade, ou seja, o acusado pode colaborar mesmo após ser indiciado ou processado, desde que a colaboração seja feita de forma voluntária. O essencial é a eficácia da colaboração, conforme o art. 41 da Lei de Drogas.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 41 da Lei 11.343/2006, a colaboração do delator deve contribuir para a recuperação total ou parcial do produto do crime. Esse é outro requisito cumulativo para que a delação seja aceita e o benefício da redução de pena concedido.

Portanto, considerando as razões acima, as alternativas corretas são a **letra A** e a **letra D**, estando incorretas as alternativas B e C.

QUESTÃO 50. No que concerne à reparação dos danos gerados por ilícitos penais, assinale a alternativa correta.

a) A extinção da punibilidade do autor do delito impede a propositura da ação civil de reparação de danos contra ele.

b) A absolvição no juízo criminal impede a propositura da ação civil de reparação de danos contra o autor do crime.

c) A ação de execução “*ex delicto*”, para efeito de reparação do dano, pode ser proposta pelo ofendido, por seu representante legal ou por seus herdeiros.

d) A ação de execução “*ex delicto*” pode ser proposta contra o condenado ou contra o responsável civil pelo dano causado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre ação de execução “*ex delicto*”, extinção de punibilidade, reparação de danos e legitimados para propositura da ação.

A alternativa A está incorreta. A extinção da punibilidade do autor do delito não impede a propositura de ação civil de reparação de danos, conforme o art. 67, II do CPP. A responsabilidade civil é independente da responsabilidade penal.

A alternativa B está incorreta. A absolvição no juízo criminal não impede a ação civil, salvo nos casos de negativa de autoria ou inexistência do fato (art. 67 do CPP). Em outros casos, a responsabilidade civil pode ser discutida independentemente da decisão criminal.

A alternativa C está correta. O art. 63 do CPP permite que o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros promovam a execução da sentença penal condenatória para reparação dos danos no juízo cível.

A alternativa D está incorreta. A ação de execução “*ex delicto*” deve ser promovida diretamente contra o condenado, e não contra o responsável civil, conforme o art. 63 do CPP. A ação contra o responsável civil pode ser movida no juízo cível separadamente (art. 64 CPP).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 51. Segundo o artigo 125 da Constituição Federal, os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos em mencionada carta constitucional. A competência dos tribunais será definida pela Constituição

- a) Estadual, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do legislativo estadual.**
- b) Federal, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do legislativo estadual.**
- c) Estadual, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.**
- d) Federal, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do legislativo estadual com participação do Tribunal de Justiça.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a competência dos Estados para organizar sua Justiça.

A CF/88 estabelece o seguinte em seu art. 125: “Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição”. O §1º do mesmo dispositivo dispõe que: “A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça”. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 52. O artigo 170 da Constituição Federal prevê que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, segundo princípios expressamente indicados nessa norma. O Inciso IX dispõe sobre o princípio de que deve haver o tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. Considerando tais ditames, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Essas disposições valorizam o trabalho e proporcionam o exercício da livre concorrência e dos princípios da isonomia e da capacidade contributiva.**
- b) O direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, em processos de licitação instaurados pela Lei nº 14.133/2021 não comporta exceções.**
- c) A norma prevista no inciso IX estabelece obrigação que proporciona isonomia, não apenas para as disputas nas compras e serviços governamentais (licitações), mas também para a matéria tributária, havendo, por exemplo, regimes especiais de tributação para essas empresas.**
- d) O tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte visa incentivar o desenvolvimento econômico e distribuição de renda.**

Comentários

Como a questão pede a incorreta, a alternativa é a **letra B**. A questão versa sobre o tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

O art. 170 CF/88 indica que: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País”. Já o art. 179 da CF/88 dispõe que: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”. Vale destacar que essas disposições constitucionais valorizam o trabalho e proporcionam o exercício da livre concorrência e dos princípios da isonomia e da capacidade contributiva, bem como incentivam o desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Conforme o art. 4º da Lei 14.133/2021 temos o seguinte: “Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas: I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.”. Com base no referido dispositivo, o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, em processos de licitação instaurados pela Lei nº 14.133/2021 comporta exceções. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 53. No que se refere aos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) Compreendem os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão, os direitos civis e políticos, cujo titular é o indivíduo. Compreendem os direitos de segunda geração (ou dimensão) os direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos ou de coletividades.

b) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão são apenas o direito à vida e à liberdade. Os direitos de segunda geração ou dimensão são os destinados à coletividade e à fraternidade, albergando o princípio da solidariedade, como, por exemplo, o direito ao meio ambiente, à paz e ao progresso.

c) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão são apenas o direito à vida, à liberdade e ao voto. Os direitos de segunda geração ou dimensão são os direitos à moradia digna, ao transporte de qualidade e ao trabalho.

d) Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão constituem apenas o direito à vida e à liberdade. Os direitos de segunda geração ou dimensão são os direitos relacionados ao bem-estar social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre as dimensões dos direitos fundamentais.

A Primeira Dimensão tem relação com o processo histórico ocorrido no final do século XVIII, momento em que aconteceram as Revoluções Francesa e Americana. A atuação do Estado em relação ao indivíduo acaba por ser limitada por meio desses direitos. Temos as liberdades negativas, o valor-fonte é a liberdade. Há uma imposição para o Estado atuar menos. Direitos protegidos: direitos civis e políticos. Ex: propriedade, privacidade, vida, liberdade, voto, se candidatar. A Segunda Dimensão possui relação com o processo histórico após a 2ª Guerra Mundial. Temos prestações que o Estado deve realizar a favor dos indivíduos. Aqui, temos as liberdades positivas. O valor-fonte é a igualdade. Direitos protegidos: direitos culturais, direitos sociais e direitos econômicos. Ex: moradia digna, ao transporte de qualidade e ao trabalho. A Terceira Dimensão tem relação com a proteção de interesses que ultrapassam a órbita do indivíduo. São os direitos transindividuais ou supraindividuais difusos e coletivos. O valor-fonte é a solidariedade, a fraternidade. Direitos protegidos: coletivos e difusos. Ex: direito do consumidor, meio-ambiente ecologicamente equilibrado e o direito ao desenvolvimento.

A alternativa A está incorreta. Os direitos coletivos são da terceira dimensão, não de segunda.

A alternativa B está incorreta. Os direitos de terceira dimensão são os destinados à coletividade e à fraternidade, não os de segunda.

A alternativa C está incorreta. A questão é passível de recurso, porque a alternativa C é a menos incorreta, mas ela restringe os direitos de primeira dimensão ao direito à vida, à liberdade e ao voto, o que está incorreto, então a questão é passível de recurso. Também são exemplos dos direitos de primeira geração a propriedade, privacidade, o direito de se candidatar.

A alternativa D está incorreta. O direito à vida e à liberdade são exemplos da primeira dimensão, mas ela não se restringe a eles.

QUESTÃO 54. Nos termos do artigo 22 da Constituição Federal, que diz respeito à competência privativa da União para legislar, assinale a alternativa correta.

a) Compete privativamente à União legislar, dentre outros, sobre procedimentos em matéria de procedimento processual, juntas comerciais, produção e consumo, florestas, caça, pesca, fauna, responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

b) Compete privativamente à União legislar, dentre outros, sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, juntas comerciais, produção e consumo, florestas.

c) Compete privativamente à União legislar, entre outros, sobre previdência social, proteção e defesa da saúde, proteção à infância e juventude, organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

d) Compete privativamente à União legislar, dentre outros, sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, desapropriação, águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão, serviço postal, jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, nacionalidade, cidadania e naturalização, organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre a competência privativa da União para legislar.

Temos as competências exclusivas (art. 21) e privativas (art. 22) da União. As exclusivas são indelegáveis e administrativas, ou seja, ligadas a execução das atividades pelo Poder Público. As privativas são delegáveis (o dispositivo traz expressamente a permissão para a delegação) e legislativas. Também vale destacar a competência concorrente, que foi conferida, pelo texto constitucional, à União, aos Estados e ao Distrito Federal. Contudo foi estabelecida uma prevalência da União, que é responsável pela edição das normas gerais (matérias do art. 24). Já aos Estados e Distrito Federal caberá suplementar essas leis.

A alternativa A está incorreta. A competência não é privativa da União para legislar. De acordo com o art. 24 da CF/88, “competem à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: III - juntas comerciais; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; XI - procedimentos em matéria processual”.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 24 da CF/88, “competem à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; III - juntas comerciais; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

A alternativa C está incorreta. Segundo o art. 24 da CF/88, “competem à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; XV - proteção à infância e à juventude; XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 22 da CF/88, “competem privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; II - desapropriação; IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão; V - serviço postal; XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia; XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização; XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões”.

QUESTÃO 55. Nos termos do artigo 102 da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, e é correto dizer que lhe cabe julgar em recurso ordinário

a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, qualquer que tenha sido a solução anterior.

b) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão; e, o crime político.

c) as causas cuja decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição; e, declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a competência do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. A parte “qualquer que tenha sido a solução anterior” está errada, porque é apenas se denegatória a decisão. Segundo o art. 102 da CF/88: Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: II - julgar, em recurso ordinário: a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 102 da CF/88: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: II - julgar, em recurso ordinário: a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão; b) o crime político”.

A alternativa C está incorreta. A hipótese é de recurso extraordinário. Segundo o art. 102 da CF/88: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

A alternativa D está incorreta. A hipótese é de recurso extraordinário. Com base no art. 102 da CF/88: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

QUESTÃO 56. Assinale a alternativa que melhor esclarece o que vem a ser o princípio do não retrocesso social.

a) Obtido certo grau de realização, não é possível efetivar ato que modifique o benefício alcançado, salvo se houver autorização legislativa.

b) Alcançado determinado grau de realização, pode haver a modificação ou redução, desde que seja autorizado por ato normativo (em sentido amplo) após ampla discussão pelos canais competentes sobre o tema.

c) Obtido um certo grau de realização, passa a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjetivo, não havendo possibilidade de reversibilidade dos direitos adquiridos, a não ser que haja esquemas alternativos ou compensatórios.

d) Atingido determinado grau de realização, não é possível efetivar nenhum ato que aniquile ou modifique um benefício alcançado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre o princípio do não retrocesso social.

A vedação ao retrocesso significa que, uma vez concretizado um direito social, este não pode ser suprimido, ou seja, as conquistas sociais obtidas ficam impedidas de serem desconstituídas. Na visão do jurista J.J. Canotilho, ao ser conquistado, o direito social passa “a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjetivo”. Não havendo possibilidade de reversibilidade dos direitos adquiridos, a não ser que haja esquemas alternativos ou compensatórios.

Além de exigir que a política pública esteja em harmonia com os direitos sociais adquiridos, este princípio (denominado pela doutrina francesa de *effet cliquet*) busca impedir a revogação da norma infraconstitucional que materializou um direito social previsto na CRFB/88. No campo jurisprudencial, o Supremo entende que é dita como inconstitucional a atuação do Estado (seja legislativa ou não) que viole o núcleo essencial do direito social adquirido. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 57. O E. STF editou a Súmula Vinculante nº 13, que possui o seguinte conteúdo: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade, nome- ante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Pode-se dizer que essa Súmula tem como fundamento o art. 37 da Constituição Federal, que prevê expressamente que são princípios da administração pública direta e indireta:

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, prevalência dos interesses gerais.**
- b) legalidade, impessoalidade, eficiência, direção/controle e motivação.**
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.**
- d) legalidade, impessoalidade, previsibilidade, razoabilidade e segurança jurídica.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre o nepotismo e os princípios da administração pública direta e indireta.

A Súmula Vinculante nº 13 prevê o Nepotismo, que é uma prática nefasta que ocorre no âmbito da Administração Pública quando um agente usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes. A jurisprudência do Supremo Tribunal firmou entendimento de que a vedação ao nepotismo independe de uma previsão em lei formal, pois é uma prática inconstitucional que ofende aos princípios da administração pública.

Nos termos do art. 37 da CF/88: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)”. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 58. Quanto ao controle concentrado de inconstitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O controle concentrado não pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal contra leis municipais, súmulas vinculantes, decisões judiciais, leis revogadas, leis editadas antes da CF/88 ou contra normas originárias da Constituição.

b) O controle concentrado pode ser exercido pelos órgãos fracionários do Tribunal de Justiça em segundo grau de jurisdição.

c) O controle concentrado pode ser exercido por meio de quatro mecanismos: ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

d) O controle concentrado pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Órgão Especial dos Tribunais Estaduais, quando houver.

Comentários

Como a questão pede a incorreta, alternativa é a **letra A**. A questão aborda o controle concentrado de inconstitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. A ADPF pode ter como objeto as leis e atos normativos municipais, decisões judiciais, leis já revogadas, direito pré-constitucional. A referida ação está prevista no art. 102, §1º da CRFB/88 e na Lei 9.882/99. Importante salientar que as súmulas não podem ser objeto de controle concentrado, porque tais enunciados são a síntese de orientações reiteradamente assentadas pela Corte, cuja revisão deve ocorrer de forma gradual pelo próprio STF. Sobre as normas constitucionais originárias, o STF entende que as normas inseridas originalmente no texto da constituição gozam de uma chamada “presunção absoluta de Constitucionalidade”. A consequência é que elas não podem ser objeto de controle de constitucionalidade.

A alternativa B está correta. Conforme o §2º do art. 125 da CF/88, § 2º: “Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão”.

A alternativa C está correta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem como objeto a aferição da validade de lei ou ato normativo federal ou estadual editados posteriormente à promulgação da Constituição Federal (art. 102, I, alínea “a” da CF/88 e Lei 9.868/99). Já a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), conforme o mesmo dispositivo, tem como objeto apenas as leis e atos normativos federais apenas. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) tem por objeto a omissão inconstitucional, caracterizada pela inobservância da Carta Magna devido à inércia do poder constituído competente para promover sua implementação. A omissão deverá relacionar-se a normas constitucionais de eficácia limitada de caráter mandatório, cuja aplicabilidade requer uma ação do

Poder Público. A ADPF surgiu para suprir uma lacuna do controle concentrado de constitucionalidade. É que, até a sua criação, não era possível que o STF efetuasse o controle de constitucionalidade das leis e atos normativos municipais, dos atos administrativos e do direito pré-constitucional. Está prevista no art. 102, §1º da CRFB/88 e na Lei 9.882/99.

A alternativa D está correta. O controle concentrado pode ser feito pelo STF que guarda a Constituição Federal e os Tribunais de Justiça Estaduais que guardam as Constituições Estaduais.

QUESTÃO 59. De acordo com o artigo 226, § 7º, da Constituição Federal, o planejamento familiar é fundado no princípio da

a) liberdade individual, em prol dos genitores, e o casal pode escolher quaisquer meios científicos existentes para que haja a concretização da procriação, incumbindo ao Estado arcar com todos os custos.

b) liberdade humana e da autodeterminação dos genitores que podem, por isso, deixar de exercer o direito à paternidade/maternidade responsável com fundamento em decisões individuais, independentemente de quaisquer outras providências.

c) liberdade individual, em prol dos genitores, tendo o casal livre escolha para optar por quaisquer meios para procriação, incumbindo ao Estado obrigatoriamente arcar com determinada proporção dos custos respectivos.

d) dignidade da pessoa humana e da paternidade/maternidade responsável e é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o planejamento familiar.

A nossa CF/88 aborda a temática no título da ordem social, especialmente no capítulo sobre a família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.

De acordo com o art. 226, §7º da CRFB/88, temos que: “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 60. Segundo o artigo 205 da Constituição Federal, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O STF, em 23 de junho de 2009, ao julgar o RE 594.018-AgR, sendo

Relator o Ministro Eros Grau, decidiu que “a educação é um direito fundamental e indisponível dos indivíduos. É dever do Estado propiciar meios que viabilizem o seu exercício. Dever a ele imposto pelo preceito veiculado pelo artigo 205 da Constituição do Brasil. A omissão da administração importa afronta à Constituição”. No mesmo sentido, decidiu o STF no AI 659.491-AgR., Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento em 20 de março de 2012 (DJe 7.05.2012). Nesta ordem de ideias, na ADPF 484, julgada em 04.06.2020, DJE, de 10.11.2020, de que foi Relator o Ministro Luiz Fux:

a) decidiu-se pela proibição de bloqueio, penhora ou sequestro de verbas públicas destinadas à merenda, ao transporte de alunos e à manutenção das escolas públicas, para fins de quitação de débitos trabalhistas.

b) decidiu-se pela possibilidade de bloqueio, penhora ou sequestro de verbas públicas destinadas à merenda, ao transporte de alunos e à manutenção das escolas públicas, para fins de quitação de débitos trabalhistas.

c) decidiu-se pela possibilidade de bloqueio, penhora ou sequestro de verbas públicas destinadas apenas à manutenção das escolas públicas, para fins de quitação de débitos trabalhistas.

d) decidiu-se pela possibilidade de bloqueio, penhora ou sequestro de verbas públicas destinadas apenas à merenda e ao transporte de alunos, para fins de quitação de débitos trabalhistas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre o entendimento fixado pelo STF na ADPF 484.

Algumas decisões da Justiça do Trabalho determinaram o bloqueio de verbas do Estado do Amapá destinadas às Caixas Escolares para custeio de merenda escolar, transporte de alunos e manutenção das escolas públicas estaduais. Com isso, o governo do Amapá ajuizou ADPF com objetivo de obter a declaração de inconstitucionalidade das decisões judiciais.

Os Ministros entenderam que as decisões violam o artigo 167 da CF/88: “São vedados: IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo”.

A ADPF 484 foi julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade de quaisquer medidas de constrição judicial proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, em desfavor do Estado do Amapá, das Caixas Escolares ou das Unidades Descentralizadas de Execução da Educação – UDEs, que recaiam sobre verbas destinadas à educação, confirmando os termos da medida cautelar anteriormente concedida, bem como para afastar a submissão ao regime de precatório das Caixas Escolares ou Unidades Descentralizadas de Educação, em razão da sua natureza jurídica de direito privado, de não integrar a Administração Pública, de não compor o orçamento público e da ratio que

inspira a gestão descentralizada da coisa pública. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 61. Nos termos do direito brasileiro, são impedidos de votar os

- a) analfabetos.**
- b) que prestam serviço militar obrigatório.**
- c) maiores de 70 anos.**
- d) cidadãos naturalizados.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do direito ao voto.

A alternativa A está incorreta, pois o voto dos analfabetos é facultativo, conforme dispõe o art. 14, §1º II a CF.

A alternativa B está correta, pois são impedidos de votar os que prestam serviço militar obrigatório, denominados “conscritos”, nos termos do art. 14, §2º da Constituição: “§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.”

A alternativa C está incorreta, pois o direito a voto dos maiores de 70 anos é facultativo, conforme art. 14, §1º, II b CF; “§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são: I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II - facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.”

A Alternativa D está incorreta, pois cidadãos naturalizados podem votar (somente estrangeiros não podem votar, e somente a CF faz distinção entre brasileiro nato e naturalizado, e não exige ser nato para votar). O art. 44, V do Código Eleitoral assim dispõe sobre os documentos exigidos: V – documento do qual se infira a nacionalidade brasileira, *originária ou adquirida*, do requerente.

QUESTÃO 62. A inelegibilidade decorrente de condenação criminal por decisão judicial transitada em julgado, prevista no artigo 1o, inciso I, letra “e”, da Lei Complementar no 64/90

- a) tem prazo de 8 (oito) anos a partir do trânsito em julgado da condenação.**
- b) aplica-se apenas em caso de condenação a pena privativa de liberdade.**
- c) é afastada pelo reconhecimento da prescrição da pretensão executória pela Justiça Comum.**
- d) não se aplica aos crimes definidos em lei como de menor potencial ofensivo.**

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de inelegibilidade.

A alternativa A está incorreta, pois tem prazo de 8 (oito) anos a partir do cumprimento da pena, conforme dispõe a Lei Complementar 64/90 em seu Art, 1, inciso I, letra e: “os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes”.

A alternativa B está incorreta, pois não há a limitação na lei para o tipo de pena aplicada.

A Alternativa C está incorreta, pois contrária à Sum. 59 TSE, que dispõe: “O reconhecimento da prescrição da pretensão executória pela Justiça Comum não afasta a inelegibilidade prevista no art. 1º, I, e, da LC nº 64/1990, porquanto não extingue os efeitos secundários da condenação.”

A alternativa D está correta, pois de fato não se aplica aos crimes definidos em lei como de menor potencial ofensivo, é a previsão do §4º do art. 1º da LC 64/90: “§ 4º A inelegibilidade prevista na alínea e do inciso I deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.”

QUESTÃO 63. Com relação à propaganda eleitoral antecipada, é correto afirmar:

a) pré-candidato é legitimado ativo para o ajuizamento de representação por propaganda eleitoral antecipada.

b) a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais, sem pedido explícito de voto, configura propaganda eleitoral antecipada.

c) partido integrante de Federação de partidos políticos é parte ilegítima para demandar isoladamente em representação por propaganda eleitoral antecipada.

d) a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais, sem pedido explícito de voto e com pedido de apoio político, configura propaganda eleitoral antecipada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre propaganda eleitoral

A alternativa A está incorreta, pois o pré-candidato não está no rol de legitimados do art. 96 da Lei 9504.

A alternativa B está incorreta, pois não se constitui como propaganda eleitoral, de acordo com o art. 36-A, V da Lei 9504: “V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais;”

A alternativa C está correta, conforme jurisprudência do TSE, de 16/5/2024, na Rp n. 060058528 e, de 30/9/2022, na Rpn. 060055068. O TSE dispõe que: “ilegitimidade ativa de partido político que integra federação partidária para, isoladamente, atuar em representação;”.

A alternativa D está incorreta, pois a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais, sem pedido explícito de voto e com pedido de apoio político, não configura propaganda eleitoral antecipada, conforme art. 36-A, V e §2º da Lei 9504: “§ 2º Nas hipóteses dos incisos I a VI do caput, são permitidos o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver.”

QUESTÃO 64. Com relação ao crime de violência política de gênero, previsto no artigo 326-B do Código Eleitoral (Lei no 4.737/65), é correto afirmar:

a) admite prisão preventiva em todas as suas formas.

b) sua consumação depende da produção do resultado naturalístico da conduta, no sentido de efetivamente impedir ou dificultar o desempenho do mandato eletivo.

c) vítima pode ser a mulher suplente de parlamentar.

d) não admite Acordo de Não Persecução Penal e Transação Penal em todas as suas formas.

Comentários

Em nossa visão, a questão não possui nenhuma alternativa correta, por tanto, é uma questão cabível de recurso. Veja os fundamentos abaixo:

A alternativa A está incorreta, pois não admite prisão preventiva em todas as suas formas. A pena máxima é 4 anos e conforme art. 313 do CPP, não havendo hipóteses dos incisos II e III, não caberia prisão preventiva na sua forma simples.

A alternativa B está incorreta, pois se trata de crime formal, ou seja, a sua consumação NÃO depende da produção do resultado naturalístico da conduta, no sentido de efetivamente impedir ou dificultar o desempenho do mandato eletivo.

A alternativa C está incorreta, pois a vítima não pode ser a mulher suplente de parlamentar, já que o tipo se aplica a candidatas ou mandatárias: “Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, **candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo**, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.”

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o art 28-A do Código de Processo Penal seria possível, em tese, o oferecimento do Acordo de Não persecução Penal, considerando-se que a pena mínima de 1 (um) ano atende aos requisitos objetivos do ANPP, conforme disposto “ Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente”.

QUESTÃO 65. No que concerne à inelegibilidade reflexa, prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Atinge inclusive o titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.**
- b) Não é afastada pela dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal no curso do mandato.**
- c) Não é afastada com a extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges.**
- d) Não é aplicável às eleições suplementares.**

Comentários

Alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a inelegibilidade reflexa.

A alternativa A está incorreta, pois não se aplica nas hipóteses de reeleição do já detentor de cargo, conforme dispõe o art. 14 § 7º: “São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.”

A alternativa B está correta, pois está de acordo à súmula vinculante 18 do STF: “A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da Constituição Federal”

A alternativa C está incorreta, conforme já decidido no AgR-REspe nº 17720 e, de 28.3.2017, no REspe nº 12162: a morte do cônjuge, no curso do mandato eletivo, rompe o vínculo familiar para fins deste parágrafo e do § 7º deste artigo, sendo inaplicável a SV.-STF nº 18/2009)

A alternativa D está incorreta, conforme decisão no Ac.-TSE, de 25.6.2014, no AgR-REspe nº 5676 e, de 11.11.2010, no REspe nº 303157: incidência deste parágrafo, sem mitigação, sobre a condição de todos os postulantes aos cargos postos em disputa, mesmo em se tratando de eleição suplementar.

QUESTÃO 66. A respeito de estabelecimento empresarial (comercial) e ponto, é correto afirmar:

- a) o trespasse não se confunde com a alienação de quotas ou ações da sociedade empresária, mas se dá com a transferência do complexo de bens corpóreos ou incorpóreos, materiais ou imateriais, destinados ao desenvolvimento da atividade empresarial, incluindo-se as marcas, as patentes e o ponto empresarial (comercial).**
- b) o estabelecimento, físico ou virtual, é o local onde se exerce a atividade empresarial e pode ser objeto de cessão ou trespasse.**
- c) no trespasse, o alienante pode se restabelecer na mesma atividade e fazer concorrência ao adquirente, salvo cláusula em contrário.**

d) a ação renovatória de locação destina-se à proteção do ponto empresarial e pode ser proposta pelo locatário- empresário que exerça atividade no mesmo local por pelo menos cinco anos, mediante contrato de locação escrito, por prazo determinado ou indeterminado, admitindo-se a soma de prazos menores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do contrato de trespasse.

A alternativa A está correta, corresponde ao conceito de trespasse do estabelecimento comercial;

A alternativa B está incorreta, o estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, de acordo com Código Civil: "Art. 1.142. § 1º O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual;"

A alternativa C está incorreta, já que se encontra em desconformidade com o previsto no Código Civil: "Art. 1.147. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência".

A alternativa D está incorreta, o contrato precisa ser com prazo determinado, conforme art.51 da Lei de Locações: "Art. 51. Nas locações de imóveis destinados ao comércio, o locatário terá direito a renovação do contrato, por igual prazo, desde que, cumulativamente: I - o contrato a renovar tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; II - o prazo mínimo do contrato a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de cinco anos; III - o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos."

QUESTÃO 67. João, Pedro e Maria celebram um contrato social de uma sociedade empresária limitada, mas não o levam a registro na Junta Comercial. Mesmo assim, em nome da sociedade, são realizadas compras. Após dois meses, levam o contrato social a registro. A sociedade torna-se insolvente e inadimplente. Diante do caso, assinale a alternativa correta.

a) Por obrigações anteriores ou posteriores ao registro, os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, e não apenas pelo valor das quotas subscritas.

b) Os sócios com poderes de administração respondem por todas as dívidas, tendo em vista a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

c) Os credores de obrigações contraídas antes do registro podem alcançar o patrimônio pessoal dos sócios, não havendo bens sociais a penhorar.

d) Desde que demonstrado o mau uso da sociedade, abuso de direito, infração à lei ou ao contrato social ou confusão patrimonial, e observado o incidente processual correspondente, os credores podem alcançar o patrimônio dos sócios pelas obrigações contraídas antes do registro do contrato social, pelas regras da sociedade em comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema responsabilidade dos sócios.

A Alternativa A está incorreta, pois os sócios respondem pelas obrigações de acordo com o valor das quotas subscritas, conforme dispõe o Art. 1.052 do Código Civil: “Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.” Não há distinção da responsabilidade em relação ao marco temporal das obrigações, sejam estas anteriores ou posteriores ao registro.

A alternativa B está incorreta, pois não se trata de caso de aplicação da teoria da desconconsideração da personalidade jurídica, já que não estão presentes os elementos do art. 50 do Código Civil: “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsidere-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.”

A alternativa C está correta, de acordo com o art. 990 do Código Civil que assim dispõe: “Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.”

A alternativa D está incorreta, pois extrapola as hipóteses previstas em lei para a desconconsideração da personalidade jurídica. O art. 50 do Código Civil dispõe: “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo **desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial**, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsidere-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.”

QUESTÃO 68. A respeito das sociedades anônimas, que têm órgãos societários previstos na lei e no estatuto social, assinale a alternativa correta.

a) O Presidente da companhia deve ser eleito pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração, para um mandato de até três anos, permitida a recondução.

b) o Conselho de Administração é órgão deliberativo e fiscalizador, obrigatório para companhias abertas, de capital autorizado e de economia mista.

c) o Conselho de Administração deve respeitar, em suas deliberações, o que foi decidido pelos Diretores reunidos, nas companhias abertas e de economia mista.

d) a Assembleia Geral é órgão de existência obrigatória nas companhias e a ela devem comparecer os acionistas titulares de ações ordinárias, vedado o comparecimento de acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de assembleia geral.

A alternativa A está incorreta, de acordo com o Art. 140. "O conselho de administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela assembléia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo;"

A alternativa B está correta, conforme o art. 138 § 2º e 239 da Lei n 6.404/76 dispõe: "§ 2º As companhias abertas e as de capital autorizado terão, obrigatoriamente, conselho de administração."

A alternativa C está incorreta, de acordo com o § 1º "O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da companhia privativa dos diretores".

A alternativa D está incorreta, pois o art 16, inciso III "garante aos titulares de ações ordinárias o direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos."

QUESTÃO 69. Quanto ao Contrato de Franquia, assinale a alternativa correta.

a) Terminado o prazo determinado previsto no contrato, o franqueador pode dar por extinto o contrato, independentemente de prévia notificação, salvo se a ele der continuidade, caso em que se renovará por igual período.

b) É um contrato empresarial de colaboração, sem caracterizar relação de consumo, no qual o franqueado tem o direito de distribuição exclusiva ou não exclusiva de produtos ou serviços, dentre outras cláusulas.

c) A prévia entrega da Circular de Oferta de Franquia – COF pelo franqueador, ao franqueado, é facultativa.

d) O franqueador deverá ser sociedade empresária ou empresário individual, vedada sua adoção por empresa estatal ou por entidade sem fins lucrativos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o contrato de franquias

A alternativa A está incorreta, pois está em desacordo com o art 2º, inciso XXII da Lei 13.966/19, que requer a especificação precisa do prazo contratual e das condições de renovação, se houver, veja: "XXII - especificação precisa do prazo contratual e das condições de renovação, se houver;"

A alternativa B está correta, de acordo com o art. 1º da Lei nº 13.966/19 que define o contrato de franquias, veja: "Art. 1º Esta Lei disciplina o sistema de franquias empresarial, pelo qual um franqueador autoriza por meio de contrato um franqueado a usar marcas e outros objetos de propriedade intelectual, sempre associados ao direito de produção ou distribuição exclusiva ou não exclusiva de produtos ou serviços e também ao direito de uso de métodos e sistemas de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvido ou detido pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem caracterizar relação de consumo ou vínculo empregatício em relação ao franqueado ou a seus empregados, ainda que durante o período de treinamento."

A alternativa C está incorreta, pois está em desacordo com o art. 2º da 13.966/19: “Para a implantação da franquia, o franqueador deverá fornecer ao interessado Circular de Oferta de Franquia, escrita em língua portuguesa, de forma objetiva e acessível, contendo obrigatoriamente: I - histórico resumido do negócio franqueado; II - qualificação completa do franqueador e das empresas a que esteja ligado, identificando-as com os respectivos números de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);”

A alternativa D está incorreta, pois conforme dispõe o § 2º da Lei 13.966/19: “A franquia pode ser adotada por empresa privada, empresa estatal ou entidade sem fins lucrativos, independentemente do segmento em que desenvolva as atividades.”

QUESTÃO 70. A Lei de Propriedade Industrial – LPI traz normas referentes a marcas, patentes, modelo de utilidade e desenho industrial. Quanto às marcas, é correto afirmar:

a) as marcas tridimensionais, assim registradas, têm proteção pelo prazo máximo de dez anos, vedada a renovação, ainda que também tuteladas pelo direito autoral.

b) as marcas fracas ou evocativas devem ser respeitadas com exclusividade, desde que registradas, vedada a utilização por terceiros, mesmo que estejam de boa-fé.

c) as marcas notoriamente conhecidas, desde que assim registradas ou depositadas no Brasil, conferem proteção ao ramo de atividade de seu titular e às classes próximas, em exceção ao princípio atributivo de direito.

d) o princípio da especificidade ou da especialidade protege a marca e os consumidores, para que não haja confusão entre os produtos e os serviços oferecidos ao mercado, e não se aplica às marcas de alto renome, que, uma vez assim registradas no Brasil, conferem proteção em todos os ramos de atividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema marcas.

A alternativa A está incorreta, pois a lei permite a renovação da marca, conforme a LPI: “O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos. § 1º O pedido de prorrogação deverá ser formulado durante o último ano de vigência do registro, instruído com o comprovante do pagamento da respectiva retribuição. § 2º Se o pedido de prorrogação não tiver sido efetuado até o termo final da vigência do registro, o titular poderá fazê-lo nos 6 (seis) meses subsequentes, mediante o pagamento de retribuição adicional.”

A alternativa B está incorreta, já que as marcas fracas ou evocativas não contam com esta proteção, pois não são registráveis: “Art. 122. São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais. Art. 123. Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - marca de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa; II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas,

notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e III - marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.

A alternativa C está incorreta, já que a proteção das marcas notoriamente reconhecidas se dá em todos os ramos e atividades

A alternativa D está correta, pois se encontra de acordo com o art.125 da Lei nº 9.279/96: “Art. 125. À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade.”

QUESTÃO 71. Dispõe o artigo 887 do Código Civil: “O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei”. É correto afirmar:

a) a duplicata é considerada título de crédito causal, pois apenas pode ser sacada com base em contrato de compra e venda mercantil ou de prestação de serviço, e é de aceite obrigatório pelo sacado, desde que o saque seja regular.

b) pelo princípio da cartularidade, não é possível a emissão ou a circulação de títulos virtuais.

c) o emitente de uma nota promissória pode opor ao endossatário de boa-fé as exceções pessoais que tenha contra o sacado-endossante.

d) são espécies de endosso impróprio o endosso-translativo e o endosso mandato, e ambos transferem a titularidade do crédito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o endosso.

A alternativa A está correta, pois corresponde ao art 2º da Lei nº 5.474/68: "Art . 2º No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador. § 1º A duplicata conterá: I - a denominação "duplicata", a data de sua emissão e o número de ordem; II - o número da fatura; III - a data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista; IV - o nome e domicílio do vendedor e do comprador; V - a importância a pagar, em algarismos e por extenso; VI - a praça de pagamento; VII - a cláusula à ordem; VIII - a declaração do reconhecimento de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite, cambial; IX - a assinatura do emitente. § 2º Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura".

A alternativa B está incorreta, pois é possível a emissão de títulos virtuais, conforme art 3º da Lei nº13.775/2018 “Art. 3º A emissão de duplicata sob a forma escritural far-se-á mediante lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por quaisquer das entidades que exerçam a atividade de escrituração de duplicatas escriturais.”

A alternativa C está incorreta, pois não poderá opor as exceções pessoais: "Art. 917. A cláusula constitutiva de mandato, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título, salvo restrição expressamente estatuída. § 3º Pode o devedor opor ao endossatário de endosso-mandato somente as exceções que tiver contra o endossante".

A alternativa D está incorreta, pois o endosso mandato não transfere a titularidade, veja: "Art. 917. A cláusula constitutiva de mandato, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título, salvo restrição expressamente estatuída. § 1º O endossatário de endosso-mandato só pode endossar novamente o título na qualidade de procurador, com os mesmos poderes que recebeu".

QUESTÃO 72. Na Recuperação Judicial, é correto afirmar:

a) deferida a recuperação judicial ao emitente de uma nota promissória, suspende-se a execução antes ajuizada em face de seu avalista.

b) o prazo de suspensão das execuções (stay period) deve ser contado em dias úteis, a partir da decisão que defere o processamento da recuperação judicial, mesmo após a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

c) rejeitado pelos credores, em assembleia-geral, o plano de recuperação judicial, estes poderão apresentar plano alternativo, respeitando-se, assim, o princípio da conservação da empresa.

d) crédito trabalhista referente a trabalho prestado antes do pedido de recuperação judicial, mas cuja sentença condenatória tenha sido proferida após, não se sujeita à recuperação judicial, por falta de liquidez.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de recuperação judicial.

A alternativa A está incorreta, pois não há suspensão da execução da nota promissória, haja vista a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que fixou a seguinte tese no Tema Repetitivo nº 885 "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções, nem tampouco induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos artigos 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o artigo 59, caput, por força do que dispõe o artigo 49, parágrafo 1º, todos da Lei 11.101/2005";

A alternativa B está incorreta, pois o prazo do stay period é contado em dias corridos, por força do princípio da celeridade, o § 4º dispõe que "Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal."

A alternativa C está correta, pois de acordo com o art. 6º §4-A da lei nº 11.101/05: "§ 4º-A. O decurso do prazo previsto no § 4º deste artigo sem a deliberação a respeito do plano de recuperação judicial proposto pelo devedor faculta aos credores a propositura de plano alternativo, na forma dos §§ 4º, 5º, 6º e 7º do art. 56 desta Lei, observado o seguinte: I - as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo não serão aplicáveis caso os credores não apresentem plano alternativo no prazo de 30 (trinta) dias, contado do final do prazo referido no § 4º deste artigo ou no § 4º do art. 56 desta Lei; II - as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão por 180 (cento e oitenta) dias contados do final do prazo referido no § 4º deste artigo, ou da realização da assembleia-geral de credores referida no § 4º do art. 56 desta Lei, caso os credores apresentem plano alternativo no prazo referido no inciso I deste parágrafo ou no prazo referido no § 4º do art. 56 desta Lei.

A alternativa D está incorreta, pois o crédito trabalhista se sujeita à recuperação judicial, por expressa disposição legal: "IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados".

QUESTÃO 73. O nosso direito positivo vem buscando a modernização do ambiente de negócios brasileiro e o incentivo ao empreendedorismo inovador como vetor de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Nessa linha, quanto ao regime jurídico das *startups*, assinale a alternativa correta.

a) É lícito que o investimento realizado na *startup* seja instrumentalizado pela emissão de debêntures conversíveis em ações ou por contrato de mútuo conversível em participação societária.

b) A disciplina é dada, sobretudo, pela lei denominada “Marco Legal das *startups*”, que exige a adoção da

forma de uma sociedade limitada, ainda que unipessoal, para que possa gozar dos benefícios legais.

c) O investidor em uma *startup* poderá ou não fazer parte de seu quadro social, mas terá responsabilidade, ainda que limitada, sobre as perdas perante terceiros.

d) A lei prevê a figura do “investidor anjo”, que será um sócio de responsabilidade limitada e sem poderes de administração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de startups.

A alternativa A está correta, pois corresponde literalmente ao art. 5º § 1º, I e III da LC 182/21: "Art. 5º As startups poderão admitir aporte de capital por pessoa física ou jurídica, que poderá resultar ou não em participação no capital social da startup, a depender da modalidade de investimento escolhida pelas partes. § 1º Não será considerado como integrante do capital social da empresa o aporte realizado na startup por meio dos seguintes instrumentos: I - contrato de opção de subscrição de ações ou de quotas

celebrado entre o investidor e a empresa; III - debênture conversível emitida pela empresa nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;".

A alternativa B está incorreta, pois a lei admite outros tipos de sociedade, veja: "§ 1º Para fins de aplicação desta Lei Complementar, são elegíveis para o enquadramento na modalidade de tratamento especial destinada ao fomento de startup o empresário individual, a empresa individual de responsabilidade limitada, as sociedades empresárias, as sociedades cooperativas e as sociedades simples".

A alternativa C está incorreta, pois no caso do investidor anjo não incide a responsabilidade, veja: "Art 2º, inciso I - investidor-anjo: investidor que não é considerado sócio nem tem qualquer direito a gerência ou a voto na administração da empresa, não responde por qualquer obrigação da empresa e é remunerado por seus aportes;"

A alternativa D está incorreta, pois o investidor anjo não responde pelas obrigações da empresa, conforme prevê o Art. 2º: " Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se: I - investidor-anjo: investidor que não é considerado sócio nem tem qualquer direito a gerência ou a voto na administração da empresa, não responde por qualquer obrigação da empresa e é remunerado por seus aportes;"

QUESTÃO 74. Em edital publicado pelo Estado não constou a cláusula padrão de exigência de uma taxa prevista em lei. Porém, no cabeçalho de abertura do edital constou a observância da referida lei, dentre outras legislações. A parte interessada questionou tal situação, alegando que a ausência da cláusula padrão que previa o pagamento da taxa importava em ilegal renúncia de receita, já que o tributo não seria exigido. Essa alegação

a) procede, porque a ausência de previsão expressa no edital tornou incerta a exigência da taxa, violando o princípio da segurança jurídica.

b) não procede, porque somente a lei pode isentar tributo, e a lei que previa o recolhimento da taxa constou do cabeçalho do edital, o que torna certa a incidência da taxa.

c) procede, porque a renúncia de receita deve ser prevista em lei, descabendo a renúncia tácita pela autoridade tributante, sob pena de responder por crime de responsabilidade.

d) procede, porque sem a cláusula específica houve renúncia de receita de forma implícita.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda o tema taxa.

A alternativa A está incorreta pois a exigência da taxa está garantida pela lei mencionada no cabeçalho do edital, independentemente da previsão expressa no corpo do edital. A ausência da cláusula não gera incerteza na sua exigência, já que a natureza da obrigação tributária decorre da lei (CTN, art. 3º), não estando na esfera de disponibilidade do administrador.

A alternativa B está correta pois a exigência do tributo está garantida pela lei e a simples menção à legislação aplicável no cabeçalho do edital já garante a validade da cobrança, conforme o princípio da

legalidade e a previsão do art. 3º do CTN: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

A alternativa C está incorreta pois o caso não trata de uma isenção (que é espécie de renúncia de receita), mas sim da possibilidade de cobrança de uma taxa, que respeitou os princípios constitucionais tributários aplicáveis à espécie. Não há renúncia tácita de receita pela ausência da cláusula específica, pois o tributo ainda está previsto em lei, o que afasta a alegação de renúncia.

A alternativa D está incorreta pois não há renúncia de receita, ainda que implícita, no caso em comento, uma vez que constava previsão expressa no edital com a menção à legislação aplicável no cabeçalho do edital. A ausência da cláusula específica não configura renúncia de receita, visto que a taxa é prevista em lei e sua exigência permanece válida.

QUESTÃO 75. Preceitua o artigo 4º do Código Tributário Nacional (CTN): “a natureza específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei; II – a destinação legal do produto de sua arrecadação.” Diante do texto legal, segundo a Doutrina de Geraldo Ataliba e Paulo de Barros Carvalho, é possível identificar a diferença entre um imposto, uma taxa e um preço público analisando-se

a) a hipótese de incidência.

b) a hipótese de incidência e a base de cálculo.

c) o fato gerador.

d) o fato gerador, a hipótese de incidência e a base de cálculo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema definição de tributo.

A alternativa B está correta. Inicialmente, a questão mostra-se passível de recurso, já que faz referência aos preços públicos como espécie tributária, contudo a jurisprudência sumulada do STF entende que não tem natureza tributária: Súmula 545 Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu. Ainda que redigida sob a vigência da CF/67, o que afasta a menção ao princípio da anualidade (não repetido na CF/88) a natureza facultativa ainda é critério de sua diferenciação na jurisprudência atual do STF que “tem entendimento consolidado no sentido de que a cobrança pela prestação de serviços de água e esgoto tem natureza de tarifa/preço público, de forma que não se aplica o regime jurídico tributário das taxas de serviço público.” (STF, ARE 1283445 AgR. 1ª T. DJe: 17/02/2021). Para além da recorribilidade, se deve verificar que a regra do art. 4º do CTN não esgota o tema no que diz respeito à diferenciação entre as espécies tributárias, ainda mais diante da natureza tributária dos empréstimos compulsórios e contribuições especiais, especialmente em relação a estas últimas, que se diferenciam dos impostos basicamente pela destinação específica de sua arrecadação. Segundo Paulo de Barros de Carvalho: “(2018, p 51) “no direito brasileiro, o tipo tributário

se acha integrado pela associação lógica e harmônica da hipótese de incidência e da base de cálculo. O binômio, adequadamente identificado, com revelara natureza própria do tributo que investigamos, tem a excelsa virtude de nos proteger da linguagem imprecisa do legislador”. Logo segundo esse autor é da análise da hipótese de incidência e da base de cálculo que permitem a diferenciação entre as espécies mencionadas. Por sua vez, Geraldo Ataliba (2011, p. 63) defende que é a hipótese de incidência que tem a aptidão de fazer essa distinção, assim, a única alternativa que concilia as duas doutrinas é a letra B.

As alternativas A, C e D estão incorretas conforme comentários à alternativa B.

QUESTÃO 76. No ano de 2023, no mês de janeiro, um Prefeito Municipal, por meio de decreto, previu o pagamento de taxa de deposição de resíduos, a ser cobrada com o IPTU daquele mesmo exercício financeiro, de forma proporcional para os contribuintes. Tal iniciativa foi questionada por violação aos princípios tributários constitucionais, que seriam:

- a) da legalidade, da anterioridade e da anualidade.**
- b) da igualdade, da legalidade e da anterioridade.**
- c) da capacidade contributiva, da anualidade e da anterioridade.**
- d) da não cumulatividade e da legalidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema princípios tributários.

A alternativa A está incorreta pois não há que se falar em princípio da anualidade tributária no atual contexto constitucional. Segundo Eduardo Sabbag, o princípio da anualidade tributária, outrora previsto nas Constituições de 1946 e 1967, prescrevia que nenhum tributo seria cobrado em cada exercício financeiro sem prévia autorização orçamentária, todavia, repise-se, o princípio não foi adotado pela Constituição vigente.

A alternativa B está correta. Há violação do princípio da igualdade, pois, conforme Eduardo Sabbag, as taxas têm a sua base econômica formada pela razoável proporção entre o custo da atividade e o valor exigido, o que foi violado na lei, que cobra a taxa de forma igualitária sem considerar o consumo de cada unidade. O princípio da legalidade resta violado uma vez que a referida taxa foi instituída por decreto, vulnerando o art. 150, I, da CF: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;”. Por fim, o princípio da anterioridade resta vulnerado pois há previsão de cobrança da exação no mesmo exercício financeiro em que promulgado o decreto instituidor, ao arrepio do art. 150, III, b, da CF: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;”.

A alternativa C está incorreta pois não há mais previsão de princípio da anualidade tributária, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois o princípio da não cumulatividade é uma técnica da arrecadação tributária aplicada, em geral, ao longo de uma cadeia produtiva, a exemplo do ICMS, veja-se: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:(...) II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;(...) § 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;”. Assim, em se tratando de uma taxa em que não se vislumbra uma cadeia produtiva, não caberia falar na aplicação do princípio.

QUESTÃO 77. Uma instituição beneficente importou uma grande quantidade de mercadorias para utilizar na edificação de sua sede social. As mercadorias foram retidas na alfândega por não recolhimento do ICMS. A instituição impetrou mandado de segurança para liberar as mercadorias sob a alegação de violação à imunidade tributária. A Fazenda defendeu que a imunidade é somente sobre o patrimônio, renda e serviços, portanto, o ICMS, por ser tributo incidente sobre a circulação de mercadorias, estaria fora dessa regra constitucional. O julgador concedeu a segurança a favor da instituição sob o argumento de que muito embora se cuidasse de mercadorias, elas foram importadas para fins de integrar o patrimônio da instituição e para fins de consecução de sua finalidade social, sendo abrangida pela regra da imunidade. Pergunta-se: a r. decisão foi correta?

a) Sim, porque a mercadoria importada perdeu essa característica ao entrar no território nacional, já que não iria mais circular.

b) Não, porque ainda que seja para a integração do ativo fixo da entidade social, a mercadoria circulou e, portanto, é devido o imposto exigido.

c) Não, porque embora as mercadorias se destinem à construção da sede, não são essenciais à sua existência ou às atividades sociais nela envolvidas.

d) Sim, porque ao importar a mercadoria para usar em edificação de sua sede social, está destinando o bem para utilização em sua finalidade social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema imunidade tributária.

A alternativa A está incorreta, pois não há perda da característica da finalidade social ao importar quantidade de mercadorias para utilizar na edificação de sua sede social.

A alternativa B está incorreta pois não há circulação da mercadoria no caso em questão. A titularidade permaneceu com a entidade beneficente.

A alternativa C está incorreta, pois não se fala em perda de essencialidade pela pura destinação à construção da sede da entidade beneficente, não sendo este o fator que impede a incidência da regra imunizante.

A alternativa D está correta, pois a jurisprudência do STF é no sentido de que a imunidade prevista no art. 150, VI, c, da CF abrange também o ICMS incidente sobre a importação de mercadorias utilizadas na prestação de seus serviços específicos, o que inclusive é mencionado no Tema RG 336: “As entidades religiosas podem se caracterizar como instituições de assistência social a fim de se beneficiarem da imunidade tributária prevista no artigo 150, VI, c, da Constituição, que abrangerá não só os impostos sobre o seu patrimônio, renda e serviços, mas também os impostos sobre a importação de bens a serem utilizados na consecução de seus objetivos estatutários”.

QUESTÃO 78. Uma instituição assistencial sem fins lucrativos conseguiu amealhar grande quantia e, por meio de seus administradores, decidiu adquirir um imóvel para locação a terceiros, a fim de lhe gerar mais renda. A municipalidade exigiu o IPTU que recaia sobre a propriedade do imóvel. A instituição questionou a cobrança por ser imune, com base no artigo 150, VI, “c”, da Constituição Federal. Esse fundamento

a) é incorreto, porque a instituição assistencial não pode gerar lucros e, ao locar o imóvel a terceiros, está obtendo receita, tornando a propriedade passível de tributação.

b) é correto, porque o fato de ser instituição assistencial não significa que ela deva ser deficitária, podendo tal receita ser, inclusive, distribuída entre seus administradores.

c) é correto, porque a instituição assistencial pode locar imóvel a terceiros, a fim de gerar renda, desde que esta seja aplicada diretamente nas suas atividades essenciais.

d) não se sustenta, porque a imunidade tributária recai somente sobre o patrimônio diretamente relacionado com suas finalidades essenciais, e, havendo locação do imóvel a terceiros, tal finalidade está desvirtuada, sendo exigível o IPTU.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema imunidades tributárias.

A alternativa A está incorreta, pois não há impedimento de que a instituição assistencial gere lucros, mas tão somente que reverta a renda obtida nas suas finalidades sociais.

A alternativa B está incorreta pois apesar de ser possível a geração de lucro, é terminantemente vedado que este seja distribuído entre seus administradores

A alternativa C está correta, conforme o teor da súmula vinculante nº 52, a imunidade dos templos de qualquer culto se aplica mesmo nas hipóteses em que o imóvel é locado a terceiros, desde que o rendimento seja aplicado nas finalidades essenciais da instituição, eis o teor sumular: “Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas”.

A alternativa D está incorreta, pois conforme o entendimento do STF, havendo locação do imóvel a terceiros, não significa o desvirtuamento da finalidade.

QUESTÃO 79. A empresa “A” questionou a exigência tributária do fisco estadual ajuizando ação anulatória do crédito fiscal, na qual foi negada a antecipação de tutela para suspender a exigência do crédito tributário. Depois do ajuizamento dessa ação, a Fazenda ajuizou a execução fiscal. A parte defendeu-se no executivo fiscal, por meio de exceção de pré-executividade, alegando a impossibilidade de exigência do tributo em razão da ação anulatória já ajuizada. Pergunta-se: nessa situação, a alegação da empresa procede?

- a) Sim, porque o ajuizamento da ação anulatória suspende a exigência do crédito tributário.
- b) Não, porque a exceção de pré-executividade não é o meio hábil para a defesa da parte, devendo esta defender-se por meio dos embargos à execução.
- c) Não, porque a exigência do crédito tributário não se encontrava suspensa em razão do indeferimento da tutela antecipada na ação anulatória.
- d) Sim, a Fazenda não poderia exigir o tributo em executivo fiscal enquanto pendente o julgamento em ação anulatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema suspensão do crédito tributário e entendimentos jurisprudenciais.

A alternativa A está incorreta, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa B está incorreta pois a exceção de pré-executividade é o meio hábil para a defesa da parte, apenas se faz a ressalva de que as matérias a serem alegadas não devem importar em dilação probatória e devem ser cognoscíveis de ofício pelo juiz. É uma forma de defesa atípica do executado, sem regulamentação legal, disciplinada pela doutrina e jurisprudência. Na forma da súmula 393 do STJ, “a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória”, o que, em tese seria possível.

A alternativa C está correta pois, como visto acima, o ajuizamento da ação anulatória não suspende a exigência do crédito tributário. Segundo a jurisprudência do STJ (REsp 1073080/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 30/03/2009) o simples ajuizamento de ação anulatória, desacompanhado do depósito integral dos valores impugnados, não conduz à suspensão da execução, já que os créditos tributários têm suas causas suspensivas da exigibilidade restritas ao rol do art. 151 do CTN. Tendo em vista a inconstitucionalidade da exigência de depósito prévio para a admissibilidade da ação, a falta de depósito veda apenas a suspensão da exigibilidade do crédito tributário (CTN, art. 151, II e Súmula 112 do STJ), já que não se encontra nas hipóteses descritas no art. 151 do CTN, em especial o inciso do II.

A alternativa D está incorreta pois, segundo a jurisprudência do STJ (REsp 1073080/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 30/03/2009) o simples ajuizamento de ação anulatória, desacompanhado do depósito integral dos valores impugnados, não conduz à suspensão da execução, já que os créditos tributários têm suas causas suspensivas da exigibilidade restritas ao rol do art. 151 do CTN.

QUESTÃO 80. A empresa “B”, ao elaborar sua escrituração contábil de créditos e débitos de ICMS, por equívoco, creditou-se de valor indevido. O seu setor contábil somente foi alertado sobre tal equívoco quando recebeu a visita de fiscal estadual, o qual, todavia, não a notificou nem iniciou o processo administrativo. A empresa reconheceu o erro e o retificou, recolhendo o tributo correspondente, notificando o fisco. O fiscal, todavia, retornando ao local, autuou a empresa. Pergunta-se: essa autuação é válida?

- a) Não, porque embora tenha havido o equívoco, este não ocorreu por ação dolosa da empresa.
- b) Sim, porque para a caracterização da denúncia espontânea não poderia ter havido atividade fiscal antecedente.
- c) Sim, porque a empresa creditou-se de valor indevido, devendo responder por seu erro.
- d) Não, porque, antes da autuação, a empresa reconheceu o erro e recolheu o tributo, configurando-se a hipótese de denúncia espontânea.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema denúncia espontânea.

A alternativa A está incorreta pois o art. 138 e parágrafo único do CTN não exigem a ausência de dolo para a denúncia espontânea, mas tão somente que seja apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, bem como o “pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração”.

A alternativa B está incorreta pois, para que se considere o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração, o STJ entende pela exigência que nenhum procedimento tenha sido formalmente iniciado.

A alternativa C está incorreta, conforme comentários à alternativa D.

A alternativa D está correta pois não havendo qualquer ato que demonstre início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração, isto é, que a infração não tenha sido identificada pelo Fisco (notificação ou início de processo administrativo em desfavor do contribuinte) será possível a realização de denúncia espontânea, ainda que o fiscal tenha ido ao local e desde não tenha formalizado o procedimento fiscalizatório. No caso narrado a empresa cumpriu todas as determinações do art. 138 do CTN, fazendo jus ao benefício da denúncia espontânea, devendo ser destacado, que ainda que a súmula 360 do STJ afaste a denuncia espontânea nos casos de tributos sujeitos à lançamento por homologação, o faz nos casos de tributos declarados e não pagos, e não para as hipóteses como a narrada que representa, em verdade, retificação de declaração entregue, onde se aplica o TEMA REPETITIVO 385: A denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

QUESTÃO 81. No Brasil, são titulares da competência tributária a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Essa competência dá poderes a esses entes federados para

a) por meio de lei, criar tributos in abstracto, por injunção do princípio da legalidade, podendo ou não os exigir na qualidade de sujeito ativo.

b) criar impostos, taxas e contribuição de melhoria, podendo sempre cobrá-los, por força do princípio da legalidade.

c) exclusivamente exigir tributos na qualidade de sujeito ativo tributário.

d) criar, por meio de lei, tributos in abstracto, bem como excepcionalmente exigi-los, na qualidade de sujeito ativo tributário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema competência tributária.

A alternativa A está correta pois a competência tributária é a aptidão que detém as pessoas políticas (União, Estados, DF e Municípios) de, mediante lei, instituir tributos em abstracto, e como tal é indelegável, podendo, na forma do art. 7º do CTN ser delegada a capacidade tributária ativa, que é justamente o poder de arrecadar e fiscalizar tributos, titularizando o polo ativo da relação jurídica de direito tributário: “A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição”.

A alternativa B está incorreta pois não é possível a sua cobrança em qualquer situação, mas dentro das hipóteses descritas pela CF, em respeito ao princípio do pacto federativo.

A alternativa C está incorreta pois exclui a possibilidade da parafiscalidade, que é a delegação do trabalho de arrecadar e fiscalizar o tributo pelo ente tributante, o qual criou o respectivo tributo, a outro ente distinto.

A alternativa D está incorreta pois a exceção é justamente o inverso: que o tributo seja exigido pelo ente federativo que o criou, sendo possível que excepcionalmente seja cobrado por ente diverso ao da sua criação.

QUESTÃO 82. O Ministério Público do Meio Ambiente ajuizou ação civil pública em face de uma indústria que não detinha licença para operar e que vinha poluindo o rio ribeirinho ao local em que estava instalada e, ainda, em face do proprietário do imóvel locado à referida empresa. No que se refere à responsabilidade civil pelo dano ambiental, o proprietário do imóvel locado:

a) responde solidariamente, porque descumpriu o dever de segurança e de preservação ambiental da propriedade.

b) responde subsidiariamente, nos limites do valor do contrato celebrado com a locatária.

c) responde civilmente, apenas em caráter subsidiário, na hipótese de a indústria locatária não possuir bens suficientes.

d) não responde civilmente, visto inexistir nexo de causalidade entre o dano ambiental comprovado e a sua posição de mero proprietário do bem locado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema responsabilidade civil por dano ambiental.

A alternativa A está correta. A responsabilidade civil ambiental é objetiva e solidária, pois as obrigações ambientais possuem natureza de direito real (propter rem). De acordo com entendimento do STJ: “A responsabilidade civil por danos ambientais é propter rem, além de objetiva e solidária entre todos os causadores diretos e indiretos do dano”. (Agint no AREsp 2.115.021/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/03/2023).

Ademais, na forma da Súmula 623 do STJ: “Súmula 623-STJ: As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor”.

A alternativa B está incorreta. De acordo com explicação da alternativa A, a responsabilidade é solidária, sem limite de valor.

A alternativa C está incorreta. De acordo com explicação da alternativa A, a responsabilidade é solidária, e não subsidiária.

A alternativa D está incorreta. Há sim o nexo de causalidade, caracterizado pela propriedade do imóvel. Portanto, conforme explicação da alternativa A, há sim responsabilidade civil, a qual é objetiva e solidária.

QUESTÃO 83. Em relação à abrangência do denominado princípio do poluidor pagador, é correto afirmar que ele:

a) encontra-se delimitado apenas à dimensão econômica, considerando-se o dano pretérito.

b) não objetiva apenas o ressarcimento do dano ao meio ambiente, mas engloba também os custos necessários para a prevenção e a repressão à degradação do meio ambiente.

c) não tem por finalidade tão somente a reparação do prejuízo causado ao proprietário do imóvel danificado, mas, ainda, a fixação de multa diária ao poluidor.

d) visa a excluir de qualquer responsabilidade civil o agente indireto causador do dano ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema princípios ambientais, em especial, o princípio do poluidor-pagador.

A alternativa A está incorreta. O princípio do poluidor-pagador possui outras 3 dimensões além da econômica. Vejamos: “Kloepfer identifica as quatro dimensões do Princípio do Poluidor-Pagador: a dimensão objetivo-racional-econômica, a social-ética-normativa, a política ambiental e a jurídico-normativa.” (DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. São Paulo: Max Limonad, 1997, p. 215).

A alternativa B está correta. A ideia do princípio do poluidor pagador é imputar ao empreendedor os custos necessários para evitar os danos ambientais. De acordo com a doutrina: “O princípio do poluidor-pagador é um instrumento econômico que exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, reparação e repressão de danos ambientais.” (LEITE, Thiago. Direito Ambiental / TJ-SP – Livro Digital Interativo, Cap. 2.11.6: Princípio do Poluidor-Pagador - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024).

A alternativa C está incorreta. A multa diária se relaciona com a responsabilidade administrativa ambiental. De acordo com art. 72, III e § 5º, da Lei 9.605/98: “Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º: III - multa diária; § 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.”

A alternativa D está incorreta. A ideia do princípio do poluidor pagador não é excluir a responsabilidade civil do poluidor indireto, mas sim imputar ao empreendedor os custos necessários para evitar os danos ambientais, conforme já explicado na alternativa C.

QUESTÃO 84. Consoante os termos da legislação que regulamenta o licenciamento na área ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA):

a) é obrigatório para obras ou atividades potencialmente geradoras de poluição, independentemente da intervenção do órgão ambiental responsável.

b) é exigido em resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), não havendo margem para qualquer decisão do órgão ambiental responsável.

c) é documento imprescindível pela nossa tradição jurídica para qualquer obra ou atividade que possa ser prejudicial ao meio ambiente.

d) pode ser exigido quando houver possibilidade de maior nocividade ao meio ambiente, relegando-se ao critério do órgão ambiental responsável dispensá-lo, caso não verificada tal situação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema licenciamento ambiental e Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

A alternativa A está incorreta. É necessário para obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, mas precisa ser aprovado pelo órgão ambiental. De acordo com arts. 3º, caput e parágrafo único, da Resolução 237/97 do CONAMA: “Art. 3º A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de

audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação. Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.”

A alternativa B está incorreta. O órgão ambiental vai avaliar se o caso se enquadra como significativa degradação do meio ambiente, salvo nos casos em que a lei já presume essa significativa degradação, como os casos arrolados no artigo 2º, da Resolução 01/86 do CONAMA. Vejamos: “Art. 2º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA157 em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:”

A alternativa C está incorreta. É necessário para obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, conforme art. 3º da Resolução 237/97 do CONAMA, acima já transcrito.

A alternativa D está correta. De fato, o EIA é necessário para obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. No entanto, se não for este o caso, o órgão ambiental competente poderá dispensar o EIA e substituí-lo por outros estudos ambientais pertinentes, conforme art. 3º, parágrafo único, da Resolução 237/97 do CONAMA, acima já transcrito.

QUESTÃO 85. O direito de acesso à informação ambiental encontra-se reconhecido no direito internacional e em diversas normas que visam a dar cumprimento ao Princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro. O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro não compreende a seguinte afirmação:

a) qualquer pessoa ou entidade tem o direito de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva).

b) a Administração tem o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos em seus arquivos, não sujeitos a sigilo (transparência ativa).

c) a presunção do dever de produzir a informação ambiental é relativa, podendo ser, mediante justificação expressa e razoável, afastada pela Administração, sujeita tal decisão ao crivo judicial.

d) as associações de proteção ao meio ambiente têm a faculdade de requisitar diretamente ao oficial de registro competente a averbação de informações sobre determinado imóvel, inclusive aquelas de natureza ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro.

A alternativa A está incorreta, pois o direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende, sim, a afirmação realizada pela alternativa. Conforme a Tese A, item II, fixada no IAC 13 do STJ: “Tese A) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: ii) o direito

de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva);”. (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13)).

A alternativa B está incorreta, pois o direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende, sim, a afirmação realizada pela alternativa. De acordo com a Tese A, item I, fixada no IAC 13 do STJ: “Tese A) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa);”. (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13)).

A alternativa C está incorreta, pois o direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende, sim, a afirmação realizada pela alternativa. Conforme a Tese B, fixada no IAC 13 do STJ: “Tese B) Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da Administração justificar seu descumprimento, sempre sujeita a controle judicial, nos seguintes termos: i) na transparência ativa, demonstrando razões administrativas adequadas para a opção de não publicar; ii) na transparência passiva, de enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e iii) na transparência ambiental reativa, da irrazoabilidade da pretensão de produção da informação inexistente;”. (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13)).

A alternativa D está correta. Esta é a única alternativa que não se compreende no direito de acesso à informação do Direito Ambiental, pois, na verdade, é o Ministério Público (e não as associações de proteção do meio ambiente) quem pode requisitar diretamente ao oficial de registro competente a averbação de informações alusivas a suas funções institucionais, conforme fixado na Tese D do IAC 13 do STJ. Vejamos: “Tese D) O Ministério Público pode requisitar diretamente ao oficial de registro competente a averbação de informações alusivas a suas funções institucionais.” (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13)).

QUESTÃO 86. No julgamento do RE 684.612, de Relatoria do Ministro Roberto Barroso, com repercussão geral, fixou-se tese a respeito da intervenção do Judiciário em políticas públicas, no tema 698, do STF (DJE 22.08.2023), por maioria de votos, com o entendimento de que:

a) não é possível ao Judiciário intervir nas políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, mesmo que haja ausência ou deficiência grave do serviço, pois, caso contrário, haveria violação ao princípio da separação de poderes.

b) é cabível a determinação de implantação direta, pelo Judiciário, de políticas públicas amparadas em normas programáticas, supostamente abrigadas na Carta Magna, sem que com isso haja ofensa ao princípio da reserva do possível.

c) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à administração pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.

d) é possível ao Judiciário intervir nas políticas públicas, de maneira direta, determinando que seja implantada de imediato política pública, quando se tratar de direito fundamental não atendido de maneira reiterada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas.

A alternativa A está incorreta. O STF já firmou entendimento de que, em casos de ausência ou deficiência grave na prestação de serviços essenciais, é possível a intervenção judicial sem violar o princípio da separação dos poderes (RE 684.612/RJ).

A alternativa B está incorreta. O STF reconhece que a intervenção judicial em políticas públicas não deve ser direta, mas “em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado” (RE 684.612/RJ).

A alternativa C está correta. No julgamento do RE 684.612/RJ, o STF definiu as seguintes teses: “A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes” e “A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado” - STF. Plenário. RE 684.612/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 01/7/2023 - Repercussão Geral – Tema 698 - Info 1101.

A alternativa D está incorreta. Como dito *alhures*, a intervenção judicial em políticas públicas não deve ser direta, mas “em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado”, de acordo com o Supremo (RE 684.612/RJ).

QUESTÃO 87. Segundo as alterações na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ocorridas em 2018 (com a redação dada pela Lei no 13.655, de 25.04.18), é correto afirmar que:

a) a decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar, de modo expresso, suas consequências jurídicas e administrativas. Deverão ser indicadas as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivas.

b) na interpretação de norma sobre gestão pública não devem ser considerados os obstáculos e as dificuldades do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, devendo ser aplicada a penalidade pertinente, independentemente de tais circunstâncias, uma vez que deve haver rigor na aplicação da legislação por parte do gestor público.

c) a revisão nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processos ou norma administrativa cuja produção já se houver completado, levará em conta as orientações gerais da época, sendo possível que, com base em mudança posterior de orientação geral, declarem-se inválidas situações plenamente constituídas.

d) em decisão sobre a regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa não devem ser consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das disposições de direito público previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A alternativa A está correta. Está de acordo com o que dispõe o art. 21 da LINDB: “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o **caput** deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos”.

A alternativa B está incorreta. A redação do artigo 22 da LINDB enfatiza justamente o oposto: “Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados”.

A alternativa C está incorreta. O artigo 24 da LINDB veda que situações jurídicas plenamente constituídas sejam invalidadas com base em mudanças de interpretação ou orientação posterior.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o §1º do artigo 22 da LINDB: “§1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente”.

QUESTÃO 88. Considerando-se as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992, com a redação dada pela Lei no 14.230/2021), assinale a alternativa correta quanto à necessidade de presença de agente público no polo passivo da ação de improbidade administrativa para seu prosseguimento.

a) A presença de agente público no polo passivo da ação de improbidade administrativa, em qualquer hipótese, não é requisito essencial para seu prosseguimento.

b) É possível o prosseguimento da ação de improbidade administrativa sem a presença de agente público no polo passivo nos casos em que há presença de particulares que incorram na prática dos atos descritos nos artigos 9º, 10, ou 11, da Lei de Improbidade Administrativa.

c) É possível o prosseguimento da ação de improbidade administrativa sem a presença de agente público no polo passivo nos casos em que há presença de particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria ou ajuste administrativo equivalente.

d) A presença de agente público no polo passivo da ação de improbidade administrativa é requisito essencial para permitir o ajuizamento e prosseguimento da ação de improbidade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

A alternativa A está incorreta. Segundo o STJ, “não é possível a propositura de ação de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda” (STJ. 1ª Turma. REsp 1.171.017-PA, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 25/2/2014 - Info 535).

A alternativa B está incorreta. O STJ definiu que “não é possível a propositura de ação de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda” (STJ. 1ª Turma. REsp 1.171.017-PA, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 25/2/2014 - Info 535). Porém, os particulares que recebem recursos públicos e celebram com a Administração convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente são equiparados a agentes públicos para fins da Lei de Improbidade Administrativa, podendo figurar sozinhos o polo passivo da demanda da ação ímproba. Os particulares, em geral, não.

A alternativa C está correta. Essa alternativa está alinhada com o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.429/92: “Parágrafo único. No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente”. Assim, particulares que recebem recursos públicos e celebram com a Administração convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente não são considerados terceiros, mas equiparados a agentes públicos para fins da Lei de Improbidade Administrativa, podendo figurar sozinhos o polo passivo da demanda da ação ímproba.

A alternativa D está incorreta. Conforme decidido pelo STJ, “é viável o prosseguimento de ação de improbidade administrativa exclusivamente contra particular quando há pretensão de responsabilizar agentes públicos pelos mesmos fatos em outra demanda conexa” (STJ. 1ª Turma. AREsp 1.402.806-TO, Rel. Min. Manoel Erhardt, Desembargador convocado do TRF da 5ª Região, julgado em 19/10/2021 - Info 714).

QUESTÃO 89. A empresa Z, concessionária de serviços públicos, ao realizar obra pública, utilizou-se de um terreno lindeiro à obra para a colocação de maquinários e formação de canteiro de obra. Terminada a obra, beneficiou a área, ali implantando uma praça pública. Nessa situação, ao proprietário do terreno cabe:

a) ingressar com ação de indenização contra o Poder Público concedente por apossamento administrativo.

b) não fazer nada, já que o terreno antes não era explorado e foi beneficiado, não cabendo qualquer indenização.

c) ingressar com ação de indenização contra a concessionária e desapropriação indireta contra o Poder Público pelo apossamento administrativo.

d) ingressar com desapropriação indireta contra a concessionária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema desapropriação indireta.

A alternativa A está incorreta. Embora o Poder Público seja responsável por conceder o serviço, a ocupação do terreno foi realizada pela concessionária, não pelo Poder Público diretamente. O proprietário poderia alegar apossamento, mas teria que direcionar a ação à concessionária que utilizou seu terreno sem autorização, e não ao Poder Público.

A alternativa B está incorreta. O fato de o terreno não ser explorado anteriormente e de ter sido beneficiado não exclui o direito do proprietário a uma indenização.

A alternativa C está incorreta. A desapropriação indireta pode ser invocada pelo proprietário, porém em face da concessionária e não do Poder Público diretamente.

A alternativa D está correta. A desapropriação indireta, que é expropriação da propriedade particular pelo Poder Público sem o devido processo legal administrativo e/ou judicial, pode ser invocada pelo proprietário uma vez que sua propriedade foi utilizada pela Administração Pública, através de suas concessionárias, sem o devido processo legal. Nesse caso, a concessionária pode ser considerada responsável pela desapropriação indireta.

QUESTÃO 90. Considerando que se aplica ao processo administrativo o princípio da publicidade, assinale a alternativa correta.

a) O direito de acesso ao processo administrativo se confunde com o direito de vista do processo e pode ser dado a qualquer pessoa, tenha ela interesse jurídico ou não, pois se trata de processo que deve ser público, em prol da sociedade.

b) O direito de acesso ao processo administrativo pode ser exercido por qualquer pessoa que tenha algum interesse atingido por ato constante do processo ou que atue na defesa do interesse coletivo ou geral, no exercício do direito à informação, assegurado pela Constituição Federal.

c) O direito de acesso ao processo administrativo não pode ser restringido por razões de segurança da sociedade ou do Estado.

d) O direito de acesso ao processo administrativo não pode ser restringido por razões de defesa de intimidade ou de interesse social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do princípio da publicidade.

A alternativa A está incorreta. O direito de acesso ao processo administrativo não se confunde com o direito de vista, uma vez que este último não é dado a qualquer pessoa, somente àquela que tem interesse jurídico. Assim, segundo o artigo 22 da Lei nº 10.177 do Estado de São Paulo “Para atendimento dos princípios previstos neste artigo, serão assegurados às partes o direito de emitir manifestação, de oferecer provas e acompanhar sua produção, de obter vista e de recorrer”. Além disso, aduz o artigo 46 da Lei nº 9.784/99: “Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram [...]”.

A alternativa B está correta. O direito de acesso ao processo administrativo é garantido a quem tiver interesse jurídico ou que atue em defesa de interesses coletivos ou gerais. Isso está em conformidade com o artigo 22 da Lei nº 10.177 do Estado de São Paulo, segundo o qual “para atendimento dos princípios previstos neste artigo, serão assegurados às partes o direito de emitir manifestação, de oferecer provas e acompanhar sua produção, de obter vista e de recorrer” e o artigo 46 da Lei nº 9.784/99 que aduz “Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram [...]”.

A alternativa C está incorreta. O direito de acesso pode ser restringido em situações que envolvem a segurança da sociedade ou do Estado. Assim, segundo a Constituição Federal, em seu artigo 5º “XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

A alternativa D está incorreta. O acesso ao processo administrativo pode ser restringido em casos que envolvam a defesa da intimidade de pessoas ou de interesses sociais. A Lei nº 9.784/99 prevê: “Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem”.

QUESTÃO 91. Podem ser aplicadas as regras da Lei no 14.133/2021 às licitações realizadas sob a vigência da Lei no 8.666/93?

a) Sim, é possível a aplicação combinada de ambas as leis, desde que haja benefícios à administração e seja atingido o interesse público.

b) Não, porque há disposição na Lei no 14.133/2021 impedindo a aplicação combinada da Lei no 14.133/2021 com a Lei no 8.666/93.

c) Sim, é possível a aplicação combinada de ambas as leis, desde que haja benefícios à administração e ao contratado e seja atingido o interesse público.

d) Sim, é possível a aplicação combinada de ambas as leis quando estiver caracterizado o interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da vigência da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021 sobre licitações públicas.

A alternativa B está correta. Segundo o art. 191 da Lei nº 14.133/2021: “Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência”.

Considerando que é vedada a aplicação combinada da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021 por expressa disposição do art. 191 da Lei nº 14.133/2021, as alternativas A, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 92. Funcionária pública que tomou posse em 1o de julho e iniciou o exercício em 30 de agosto pediu sua transferência para outro setor em 10 de agosto do mesmo ano. Havia decreto que regulamentava que a transferência de funcionários se daria após 2 (dois) anos de exercício no cargo. Alega-se que, a partir da data da posse, a funcionária poderia pedir a transferência, uma vez que estava investida no cargo público, o que era suficiente para esse pedido. Essa afirmativa é

a) equivocada, porque a investidura não se confunde com o efetivo exercício e a regulamentação é expressa em exigir o cumprimento do interstício temporal de exercício no cargo para pedir a transferência.

b) correta, porque a partir da data da posse a pessoa já é funcionária e está investida no cargo, tendo direito legal à transferência.

c) certa, porque o regulamento não pode limitar o direito do funcionário e ela já havia tomado posse no cargo.

d) errada, porque a simples posse não equivale ao início do exercício no cargo, porém ela podia pedir a transferência antes do interstício temporal, porque somente a lei poderia regulamentar essa questão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema servidores públicos.

A alternativa A está correta. De fato, a investidura no cargo público se dá com a posse e não se confunde com o efetivo exercício, que é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público. Assim, de acordo com o artigo 5º da Portaria nº 9.580/2018 do TJSP: “Art. 5º Não poderão participar do processo de remoção os servidores: [...] IV - Que, na data da inscrição, tenham menos de 2 (dois) anos de exercício na comarca onde estejam designados”.

A alternativa B está incorreta. O direito à transferência não é automático e está condicionado ao tempo de exercício efetivo, conforme o art. 5º inciso IV da Portaria nº 9.580/2018 do TJSP.

A alternativa C está incorreta. Entendemos que essa alternativa não se adequa ao enunciado, uma vez que estaria em dissonância à Portaria nº 9.580/2018 do TJSP, supracitada.

A alternativa D está incorreta. O direito à transferência não é automático e está condicionado ao tempo de exercício efetivo, conforme o art. 5º inciso IV da Portaria nº 9.580/2018 do TJSP.

QUESTÃO 93. O município ajuizou ação expropriatória de imóvel comercial para fins de utilidade pública. Após avaliado o bem por perito oficial, o locador desse imóvel pediu seu ingresso na lide, na qualidade de terceiro interessado, pretendendo a indenização do fundo de comércio. O juiz indeferiu seu pedido. Esse indeferimento foi

a) correto, porque o fundo de comércio não é indenizável.

b) correto, porque não é possível o ingresso de terceiros na ação de desapropriação.

c) correto, porque o terceiro interessado não ingressou na ação no momento correto e não impugnou o valor tempestivamente.

d) correto, porque a ação expropriatória limita-se a apurar o valor do bem imóvel para indenizar o proprietário, sendo as demais questões resolvidas em ação própria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre intervenção do Estado na propriedade privada e é passível de anulação. Isso porque a ação expropriatória ajuizada pelo município tem no polo passivo o proprietário do imóvel comercial. O locador de tal imóvel é o seu proprietário, que já compõe o polo passivo da ação e, portanto, não pode ingressar nela como terceiro interessado.

A alternativa A está incorreta. O fundo de comércio é indenizável na desapropriação, desde que em benefício do locatário, segundo a jurisprudência: “É assegurado ao locatário o direito à indenização, incluindo-se o fundo de comércio, quando desapropriado o imóvel comercial locado, independentemente das relações jurídicas entre o proprietário e o inquilino. Precedentes citados do STF: RE 96.823-SP, DJ 1º/10/1982; do STJ: REsp 1.000-SP, DJ 21/6/1993. REsp 406.502-SP, Rel. Min. Garcia Vieira, julgado em 23/4/2002”.

A alternativa B está incorreta. É possível o ingresso de terceiro na desapropriação, desde que tenha direitos reais sobre o bem. Assim, o STJ firmou o entendimento de que o interesse jurídico a ser demonstrado na assistência simples em Ação de Desapropriação deve corresponder a algum direito real sobre o imóvel. (...)” (STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 1.095.295/PE).

A alternativa C está incorreta. Não existe óbice legal ao ingresso de terceiro a qualquer momento nos autos da ação expropriatória.

A alternativa D está correta. Caso a questão se referisse ao locatário, a alternativa estaria correta, pois segundo o STJ: “É assegurado ao locatário o direito à indenização, incluindo-se o fundo de comércio,

quando desapropriado o imóvel comercial locado, independentemente das relações jurídicas entre o proprietário e o inquilino. Precedentes citados do STF: RE 96.823-SP, DJ 1º/10/1982; do STJ: REsp 1.000-SP, DJ 21/6/1993. REsp 406.502-SP, Rel. Min. Garcia Vieira, julgado em 23/4/2002”. Porém, tal pleito deve ocorrer em ação própria (Agravio de Instrumento Nº 2031526-87.2019.8.26.0000).

QUESTÃO 94. Os precedentes judiciais, enquanto criação diuturna dos tribunais, como resultado da atividade de interpretação e aplicação do direito ao caso concreto, constituem

a) importantes subsídios para a elaboração das manifestações processuais.

b) fonte formal e secundária do direito.

c) fonte primária do direito costumeiro.

d) atualmente principal fonte do direito positivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema precedentes judiciais.

A alternativa A está incorreta. Em que pese os precedentes judiciais serem usados como subsídios para manifestações processuais, a questão pretendia que se indicasse a fonte na qual o precedente se enquadra, razão pela entendemos que a alternativa não é a que melhor se adequa.

A alternativa B está correta. No Brasil, ficou assentado que os precedentes judiciais podem ser considerados como fonte formal e secundária do direito. Embora diversas classificações existentes, a doutrina majoritária divide as fontes do direito em primárias (lei, Constituição Federal) e secundárias (jurisprudência, doutrina), sendo que os precedentes se enquadrariam nesta última categoria. Por outro lado, é possível dividir em fontes materiais e formais. Fontes materiais são os fatores que interferem e condicionam a formação das normas (implicam o conteúdo das fontes formais) e fontes formais são as formas pelas quais o direito se manifesta, estando os precedentes incluídos nesta última categoria.

A alternativa C está incorreta. Precedentes judiciais não são considerados como fonte primária do direito costumeiro, o qual decorre de práticas reiteradas e aceitas pela sociedade como obrigatórias.

A alternativa D está incorreta. A principal fonte do direito positivo no Brasil é a lei. Embora os precedentes tenham ganhado relevância, eles não substituem a lei como a principal fonte do direito.

QUESTÃO 95. Em relação à eficácia da lei no tempo, é correto afirmar:

a) o legislador veda o efeito repristinatório, exceção feita à previsão expressa de nova lei.

b) a ultratividade não é permitida.

c) o costume contra legem constitui forma de revogação da lei.

d) a revogação pode se dar por nulidade ou inconstitucionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema eficácia da lei no tempo e é considerada polêmica.

A alternativa A está correta. Considerando que o enunciado expressamente faz referência à eficácia da lei no tempo, percebe-se que o examinador pretendia se reportar à letra da lei, nos termos do artigo 2º, §3º da LINDB, segundo o qual “§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência”, muito embora a expressão “efeito repristinatório” possa importar em interpretação diversa, dada o instituto do controle concentrado de constitucionalidade, tópico diferente da repristinação.

A alternativa B está incorreta. A ultratividade se refere à aplicação de uma lei a fatos ocorridos após a sua revogação. O Código Penal, por exemplo, a autoriza expressamente em seu artigo 3º, segundo o qual “A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência”.

A alternativa C está incorreta. O costume contra legem não revoga a lei. Pelo princípio da continuidade, as normas continuam a vigor até que outra norma a revogue. É o que se depreende do artigo 2º da LINDB: “Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue”.

A alternativa D está incorreta. A revogação e declaração de inconstitucionalidade das espécies normativas não se confundem. Enquanto a revogação opera no plano da existência das normas, a declaração de inconstitucionalidade opera no plano da nulidade. Além disso, há efeitos retroativos no que tange à declaração de inconstitucionalidade, o que não ocorre na revogação.

QUESTÃO 96. Assinale a alternativa correta e mais adequada, no que toca à distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais positivados.

a) Os direitos humanos são exclusivamente aqueles indicados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948. Direitos fundamentais são aqueles apontados nas Constituições Federais.

b) Direitos humanos são os positivados em tratados e convenções internacionais e os direitos fundamentais são os positivados exclusivamente na Constituição Federal do Brasil.

c) Direitos humanos são direitos ligados à liberdade e à igualdade, em geral positivados no plano internacional. Trata-se de direitos universais e inalienáveis, de que as pessoas não podem voluntariamente dispor. Direitos fundamentais são os direitos humanos positivados nas Constituições Federais dos países. O que os difere é o plano em que estão previstos.

d) Direitos humanos são os previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção da Corte Interamericana de direitos humanos. Direitos fundamentais são os previstos na Constituição Federal do Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais.

A alternativa A está incorreta. Os direitos humanos não se limitam à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, pois estão previstos também em outros diplomas internacionais.

A alternativa B está incorreta. Embora os direitos humanos sejam positivados em tratados e convenções internacionais, doutrinadores como Ingo Wolfgang Sarlet defendem que os direitos fundamentais podem estar explícitos ou implícitos na Constituição Federal. Além disso, pela redação do §2º do artigo 5º da CRFB/88, “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

A alternativa C está correta. Reflete conceitos apontados por doutrinadores como André de Carvalho Ramos. Os direitos humanos são universais, voltados para a proteção da dignidade humana e positivados em tratados internacionais. Já os direitos fundamentais são os direitos humanos incorporados pelas constituições de cada país, como no caso da Constituição Federal do Brasil. A principal diferença está no plano de previsão.

A alternativa D está incorreta. Embora a Declaração Universal e a Convenção Interamericana sejam exemplos de documentos internacionais que positivam direitos humanos, não são os únicos.

QUESTÃO 97. Considerado o Código de Ética da Magistratura Nacional, é correto afirmar que

a) a violência contra a mulher praticada por magistrado é atentatória à dignidade do cargo, ainda que dissociada do exercício profissional.

b) o exercício da atividade jurisdicional impõe ao magistrado as mesmas exigências pessoais acometidas aos cidadãos em geral.

c) o magistrado deve dispensar a mesma disponibilidade e dedicação ao exercício da judicatura e à função de magistério que porventura acumule.

d) é dever do magistrado recusar benefícios ou vantagens de empresa privada ou de pessoa física que possam comprometer sua independência funcional, mas não de ente público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do Código de Ética da Magistratura Nacional.

A alternativa A está correta. O art. 39 do Código de Ética da Magistratura Nacional assinala que “Art. 39. É atentatório à dignidade do cargo qualquer ato ou comportamento do magistrado, no exercício profissional, que implique discriminação injusta ou arbitrária de qualquer pessoa ou instituição”.

A alternativa B está incorreta. Prevê o art. 16 do Código de Ética da Magistratura Nacional: “Art. 16. O magistrado deve comportar-se na vida privada de modo a dignificar a função, cõscio de que o exercício da atividade jurisdicional impõe restrições e exigências pessoais distintas das acometidas aos cidadãos em geral”.

A alternativa C está incorreta. Dispõe o §1º do art. 21 do Código de Ética da Magistratura Nacional: “§1º O magistrado que acumular, de conformidade com a Constituição Federal, o exercício da judicatura com o magistério deve sempre priorizar a atividade judicial, dispensando-lhe efetiva disponibilidade e dedicação”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 17 do Código de Ética da Magistratura Nacional: “Art. 17. É dever do magistrado recusar benefícios ou vantagens de ente público, de empresa privada ou de pessoa física que possam comprometer sua independência funcional”.

QUESTÃO 98. A partir das lições de Aristóteles, especialmente em Ética a Nicômaco, afirma-se a necessidade de regulação do justo legal, moldando a lei geral ao caso particular, em suas circunstâncias concretas, tal como a régua de chumbo empregada na edificação de Lesbos. Busca-se, pois, nessa linha do pensamento clássico, a justiça do caso concreto, em prol da humanização do direito, isto é, o abrandamento ou a correção do rigor da lei positiva ante as exigências do justo natural, evitando situações injustas em que a letra da lei poderia resultar, não fosse essa retificação das equívocas aparências da regra geral. Isso reporta-se ao julgamento compreensivo à singularidade dos fatos, que se faz com

a) justiça comutativa.

b) justiça preditiva.

c) pragmatismo jurimétrico.

d) equidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do conceito de equidade, segundo Aristóteles.

A alternativa A está incorreta. Refere-se à justiça que recai sobre as relações interpessoais, tendo como objetivo corrigir situações sociais desequilibradas. Deve imperar nas relações privadas, caso em que os ganhos e perdas devem ser iguais. Não é o conceito que se adequa ao enunciado.

A alternativa B está incorreta. Refere-se à utilização de tecnologias para prever resultados jurídicos. Não é o conceito que se adequa ao enunciado.

A alternativa C está incorreta. Esse conceito está ligado ao uso de métodos estatísticos e quantitativos no âmbito do direito. Não é o conceito que se adequa ao enunciado.

A alternativa D está correta. A equidade é a última peça necessária para se completar a teoria aristotélica de justiça. A equidade, segundo Aristóteles, é a capacidade de corrigir a aplicação rígida da lei em situações em que a regra geral levaria a uma injustiça. Ela permite que o julgador adapte a norma às circunstâncias singulares, realizando a justiça do caso concreto. Ela não é o justo segundo a lei, mas sim o justo no caso concreto.

QUESTÃO 99. No que diz respeito à teoria do controle de convencionalidade, é **INCORRETO** afirmar:

a) o Brasil integra o sistema global de proteção aos direitos humanos da ONU e é parte do sistema interamericano, tendo ratificado a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1992 e reconhecido a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998.

b) a teoria do controle de convencionalidade pode ser considerada como produto da atividade jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que apresentou entendimento de que o Poder Judiciário deve exercer controle de convencionalidade entre as normas jurídicas internas que aplicam nos casos concretos e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

c) os magistrados, quando forem realizar a análise da legislação aplicável ao caso concreto, devem efetuar também o controle de convencionalidade de tal norma nacional aplicável, considerando que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem ser obedecidos. E, havendo divergência entre a legislação nacional ordinária e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, deve prevalecer a regra prevista em mencionada Convenção.

d) quando os magistrados realizarem a análise do caso concreto, devem efetuar o controle de convencionalidade da legislação ordinária nacional em cotejo com as normas das convenções e tratados internacionais sobre direitos humanos, mas o que deve prevalecer é a aplicação da legislação nacional ordinária relativa aos temas discutidos nas demandas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a aplicabilidade das normas internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

A alternativa A está incorreta. De fato o Brasil ratificou a Convenção Interamericana de Direitos Humanos em 1992 através do Decreto nº 678/1992 e reconheceu, através do Decreto nº 4.463/2002, o caráter contencioso da referida Corte em seu artigo 1º: “É reconhecida como obrigatória, de pleno direito e por prazo indeterminado, a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969, de acordo com art. 62 da citada Convenção, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998.”

A alternativa B está incorreta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos já explicitou entendimento sobre o tema ao julgar o Caso Almonacid vs Chile: “o Poder Judiciário deve exercer uma espécie de “controle de convencionalidade” entre as normas jurídicas nacionais aplicáveis aos casos concretos e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Nesta tarefa, o Poder Judiciário deve levar em conta não só o tratado, mas também a interpretação dada pela Corte Interamericana, intérprete última da Convenção Americana.”

A alternativa C está incorreta. No contexto do Controle de Convencionalidade, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, especialmente aqueles ratificados pelo Brasil, têm primazia sobre legislação nacional ordinária em caso de conflito. Assim já se manifestou diversas vezes o STF, dentre os casos mais emblemáticos RE 466.343 sobre a ilicitude da prisão do depositário infiel, fazendo prevalecer o entendimento de uma norma internacional sobre direitos humanos (Pacto de San José da

Costa Rica) sobre uma lei ordinária civil. Nesse sentido, a relatora ministra Ellen Gracie ao julgar o HC 95.967: “A esses diplomas internacionais sobre direitos humanos é reservado o lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da CF/1988, porém acima da legislação interna.”

A alternativa D está correta. O controle de convencionalidade implica que diante da incompatibilidade da norma interna com uma norma internacional sobre direitos humanos, a norma internacional deve prevalecer e não a ordinária como indica a questão.

QUESTÃO 100. Para a preservação dos direitos humanos da criança e do adolescente e prevenção de sua violação, há, dentre outros, o(s) seguinte(s) documento(s) internacional(is):

a) Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, o qual foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, que estabelece que os Estados Partes assegurarão que as atividades definidas como venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil sejam integralmente cobertas por sua legislação criminal ou penal e prevê assistência mútua entre os Estados Partes para as respectivas investigações e processos criminais ou de extradição.

b) as Regras de Beijing, adotadas pela Assembleia Geral da ONU, que estabelecem a cooperação entre os Estados Partes em matéria de adoção internacional, com previsão de regras mínimas para a habilitação para adotar, acompanhamento após a colocação na família substituta, a ser feita pelo país de destino do adotando, e fiscalização de preservação de vínculos com a origem étnica, religiosa, cultural e linguística do adotado.

c) Terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovado pela Resolução no 54/263 da Assembleia Geral da ONU, de 25.05.2000, que estabelece as regras mínimas para a administração da justiça juvenil, traçando diretrizes compromissadas com abordagem justa e humanitária para lidar com jovens a quem se atribua ato infracional. Este protocolo aponta a excepcionalidade da medida de internação, a ser aplicada apenas como extremo recurso e no mínimo período.

d) Convenção Sobre os Direitos da Criança, que adotou a doutrina da proteção integral da criança e o princípio do interesse maior da criança e que não foi incorporada ao ordenamento interno brasileiro em razão da anterior vigência da Lei no 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que já adotava a mesma doutrina, evitando-se a duplicidade legislativa no âmbito interno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança.

A alternativa A está correta. O Decreto 5.007/04 prevê em seu artigo 3º que: “Os Estados Partes assegurarão que, no mínimo, os seguintes atos e atividades sejam integralmente cobertos por suas legislações criminal ou penal [...] a) No contexto da venda de crianças, conforme definido no Artigo 2º; b) A oferta, obtenção, aquisição, aliciamento ou o fornecimento de uma criança para fins de prostituição infantil; c) A produção, distribuição, disseminação, importação, exportação, oferta, venda ou posse, para os fins acima mencionados, de pornografia infantil, conforme definido no Artigo 2º.

A alternativa B está incorreta. As Regras de Beijing não tratam de adoção internacional mas sim de regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça juvenil, para lidar com jovens em conflito com a lei. A questão confunde as Regras de Beijing com a Convenção de Haia sobre a adoção internacional.

A alternativa C está incorreta. O Terceiro Protocolo Facultativo de Proteção à Criança trata sobre a possibilidade de apresentação de denúncias individuais ao Comitê dos Direitos da Criança da ONU, por crianças, grupos de crianças ou por seus representantes. No mais, tal protocolo não foi aprovado pela Resolução 54/263 e sim pela Resolução nº 66/138 em 2011 e nem trata de regras de administração da justiça juvenil.

A alternativa D está incorreta. A Convenção sobre os Direitos da Criança foi ratificada pelo Brasil em 1990. Não houve duplicidade legislativa, pois o ECA é considerado um instrumento de implementação da Convenção no direito interno e é compatível com os princípios desta, inclusive adotando a doutrina da proteção integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](#) / [yasminushara](#)